


unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

Marco Aurélio Monteiro

UNIVERSIDADE PÚBLICA E CULTURA POLÍTICA



ARARAQUARA – SÃO PAULO.
2007

MARCO AURÉLIO MONTEIRO

UNIVERSIDADE PÚBLICA E CULTURA POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Estado, Desenvolvimento e Políticas Públicas

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Teresa Miceli Kerbauy

Bolsa: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

ARARAQUARA – SÃO PAULO.
2007

MARCO AURÉLIO MONTEIRO

UNIVERSIDADE PÚBLICA E CULTURA POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

[Estado, Desenvolvimento e Políticas Públicas]
[Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq]

Data de aprovação: 18/04/2007

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador:

Prof^a Dr^a Maria Teresa Miceli Kerbauy, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Membro Titular:

Prof. Dr. José Vaidergon, Departamento de Ciências Sociais / Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Membro Titular:

Pro. Dr. Fernando Antonio Farias de Azevedo, Departamento de Ciências Sociais/ Universidade Federal de São Carlos

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

**A você mãe querida que em sonho revelou sua
presença neste momento de minha vida**

AGRADECIMENTOS

São inúmeras as pessoas que acreditaram e contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço aos *Amigos* Anilton, Carlão, Ditinho, Fernando, Luciano, Michael, Paulo e Thiago. E as minhas queridas *Amigas*, Ana Cláudia, Ana Luiza, Adriana, Elaine, Eliane, Lidiane, Márcia, Mileni, Natali, Márcia, Paula, Roberta e Simone. Pelo apoio incondicional dedicado de várias maneiras.

Agradeço a minha *Família*, meu Pai em especial, por se orgulhar de mim, tamanho orgulho que vive aumentando os meus feitos. Ao Mário, Maíza, Fernanda e Dade, pelo amor recebido.

A minha *Família de Coração*, Tia Neusa, Tio Waltinho, Ana Paula, Ana Carolina e o grande Leandro. Que sempre me apoiou, ouvindo minhas lamentações e incertezas e compartilhando de minhas alegrias.

Agradeço as sempre dispostas *Secretárias* Cristiana, Rose, Selma e Júlia, pela prestação de serviços e pela amizade.

Aos *Professores(as)* Milton Lahuerta, Márcia Teixeira, João Gentilini, Fernanda Peixoto, Heitor Frúgoli, Fernando Azevedo, Anita Simis que em muito participaram de minha formação acadêmica.

Ao *Professor* e amigo José Vaidergorn, que me acompanhou em toda a graduação, durante os anos de iniciação científica. Sua orientação me conduziu ao mestrado, sua segurança, força e sabedoria serviram como estímulo a seguir a carreira acadêmica.

A minha *Orientadora*, a querida Prof.^a Maria Tereza, que tão bem me orientou neste mestrado. Com uma sabedoria admirável, conduziu com categoria o feitiço da dissertação. Como amiga, soube lidar com a minha ansiedade e como profissional me induz ao contínuo aprimoramento.

A minha companheira *Ana Paula*, por compartilhar de todos os meus momentos. Através de seu amor me conforta e me faz feliz. Por acreditar em meu trabalho, me faz hoje mais realizado.

Enfim, muito obrigado a todos os que me deram condições para eu concluir esse trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a universidade pública enquanto um espaço de socialização política que congrega inúmeras oportunidades de vivências oferecidas aos jovens. Tendo como foco a percepção dos universitários, procurou-se entender o papel da universidade na consolidação de uma cultura política democrática. Assim, investigou-se a universidade como espaço de socialização política e os avanços empreendido nesta perspectiva que proporcionaram e incentivaram valores democráticos capazes de transformar os alunos em atores políticos participantes. A pesquisa de caráter quantitativo procurou analisar as percepções dos universitários frente à universidade, à democracia e à mídia. A Faculdade de Ciências e Letras – (FCL-UNESP) Campus de Araraquara-SP serviu como um parâmetro de agência de socialização política. Os resultados apontam que a participação política do universitário é menor nos primeiros anos de graduação, o que nos permite afirmar que a universidade, de um certo modo, prepara os alunos para atuarem na sociedade de maneira significativa.

Palavras-Chaves: Universidade Pública, Cultura Política, Democracia, Mídia, Socialização Política, Participação.

ABSTRACT

The aim of this work is to analyze the public university with its role as a place for political socialization which enables a myriad of opportunities of different experiences to the young people. With the focus on the student's view, we have tried to understand the role of the university in the consolidation of a political democratic culture. Thus, we have investigated the university as a place of political socialization and the advances undertaken in this respect which enabled and stimulated democratic issues capable of transforming students into participant political actors. Our research, endowed with quantitative behavior, aimed at analyzing the view of the students facing the university, the democracy and the media. The Faculdade de Ciências e Letras - (FCL-UNESP) Campus de Araraquara-SP served as a parameter for political socialization agency. The results pointed out that the political participation of the students is small at the beginning of graduation, which allows us to state that the university, in a certain manner, prepared the way for the students to act in significant way in the society.

Keywords: Public University, Politics Culture, Democracy, Media, Politics Socialization, Participation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade	p.26
Gráfico 2 – Ano do curso	p.27
Gráfico 3 – Sexo	p.28
Gráfico 4 - A universidade contribui para sua participação política?	p.32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1: Cidades de Origem	p.25
Tabela 1.2: Relação de instruções dos pais	p.29
Tabela 1.3: Como você concebe a universidade?	p.30
Tabela 1.4: Organização estudantil	p.30
Tabela 1.5: Você participa ou já participou	p.31
Tabela 1.6: Se a universidade contribui para sua formação política, é através do (a)	p.33
Tabela 1.7: Já participou de alguma entidade estudantil relacionada com o ano do curso	p.34
Tabela 1.8: Formas de participação política na universidade relacionada com o ano do curso	p.34
Tabela 1.9: Participa de algum projeto que traz benefício à sociedade relacionado com o ano do curso	p.35
Tabela 1.10: Como se inteirou nessas atividades que beneficiam a sociedade?	p.36
Tabela 2.1: Hábito de leitura relativa à política em algum meio de comunicação	p.41
Tabela 2.2: Qual sua opinião sobre a Reforma Política?	p.41
Tabela 2.3: Posse de alguma identificação partidária relacionada com o ano do curso	p.42
Tabela 2.4: Partido Político com o qual se identifica	p.43
Tabela 2.5: Como se considera na política relacionada com o curso	p.44
Tabela 2.6: Curso relacionado à manifestação em relação à política	p.45

Tabela 2.7: Concordância com as reivindicações estudantis relacionada ao ano do curso	p.46
Tabela 2.8: Pertencimento a alguma organização estudantil relacionada com o ano do curso	p.46
Tabela 2.9: Grau de escolaridade dos pais relacionado ao grau de interesse político	p.50
Tabela 2.10: Confiança	p.55
Tabela 2.11: Motivos que levam os alunos a não acreditarem que vivemos uma política verdadeiramente democrática	p.57
Tabela 2.12: Significado da Democracia	p.58
Tabela 2.13: A universidade contribui para sua formação política?	p.67
Tabela 2.14: Você já participou de alguma entidade e (ou) reivindicação estudantil?	p.70
Tabela 3.1: Qual o meio de comunicação pelo qual você costuma acompanhar o processo eleitoral?	p.75
Tabela 3.2: Frequência com a qual assiste TV	p.76
Tabela 3.3: Com qual programa de TV você mais se identifica?	p.77
Tabela 3.4: Você escolhe um candidato pelo	p.79
Tabela 3.5: A campanha eleitoral da mídia pode ser definidora de resultados?	p.89
Tabela 3.6: Você já votou tendo como parâmetro as propagandas eleitorais?	p.90
Tabela 3.7: Votou tendo como parâmetro a propaganda eleitoral relacionado com o ano do curso	p.91

SUMÁRIO

1 Introdução	p .13
2 Universidade Pública	p.18
3 Democracia: cultura política, socialização e participação na universidade	p.38
4 Mídia e Política: teoria e percepção dos jovens universitários	p.72
5 Considerações finais	p.94
REFERÊNCIAS	p.101
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	p.106
ANEXOS	p.109
Anexo A – Universo dos alunos matriculados	p.109
Anexo B – Disciplinas	p.110
Anexo C – O papel da universidade na construção de uma cultura democrática	p.112

1 Introdução

As inúmeras oportunidades de vivências oferecidas aos jovens¹ na universidade² permitem perceber o seu papel na consolidação de uma cultura política democrática. O objetivo da presente pesquisa foi analisar a universidade pública como um espaço de socialização política, tendo como foco a percepção dos jovens universitários.

A agência de socialização selecionada para analisarmos o nível da cultura política democrática dos jovens foi a universidade, já que a concebemos como um espaço fértil de discussão, de convivência, de relação entre professores e alunos, de aulas e atividades extracurriculares, de manutenção de centros acadêmicos, de realização de assembleias e onde o movimento estudantil se faz presente.

Existem poucos estudos que se preocupam com a formação de atitudes e sua relação com o processo de consolidação democrática. Tanto Moisés (1995) quanto Baquero (1997) buscam compreender a cultura política, a fim de encontrar indícios de uma consensual construção política democrática, na qual os atores fazem jus à liberdade que lhes é proveniente.

O referencial da Teoria da Cultura Política que enfatiza valores e crenças políticas fundamentais formadas durante um longo período de socialização política, além de realçar as atitudes e orientações dos cidadãos a respeito da política, foi utilizado para entendermos o atual patamar da cultura política democrática brasileira.

Para Almond e Powell Jr. (1972, p.47), o período de aprendizagem política tem início logo na infância:

¹ O público alvo em nossa pesquisa são os jovens universitários, neste trabalho entender: jovens, alunos e universitários, como uma só categoria.

²Universidade entendida como Universidade Pública.

uma experiência precoce de participação na adoção de decisões pode aumentar o sentido da competência política da criança, proporcionar-lhe aptidões para interação política e, desse modo, elevar a probabilidade de sua participação ativa no sistema político quando tornar-se adulta.

A socialização é um processo que se desenvolve ao longo da vida de um indivíduo. Na fase adulta, é marcado pela formação de atitudes políticas. Dahl (1997) aponta que são vários os períodos de receptividade que corroboram para a formação dessas atitudes, seja para o apoio ou rejeição dos governos democráticos.

Sabendo que a cultura política pode ser identificada e até medida, já que manifesta padrões distribuindo as orientações para a ação política, tivemos como objetivo geral analisar a universidade como um espaço de socialização política diante das inúmeras oportunidades de experiências oferecidas aos jovens universitários.

Dessa forma, temos como hipótese a concepção de universidade como uma instância de construção e consolidação da cultura política democrática, dada as possibilidades diferenciais de socialização política que proporciona aos jovens. Diante disso, nossa questão central foi analisar o papel da universidade como agente de socialização política o avanço proporcionado para uma prática política participativa.

Porém, ao falarmos de universidade, estamos pensando em particular, no recorte que demos à pesquisa: a Universidade Pública, especificamente a Faculdade de Ciências e Letras (FCL- UNESP) Campus de Araraquara – SP. No limite, os cursos de graduação na área de humanas que a compõem. (Administração Pública, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Letras e Pedagogia).

Com o recorte proposto, realizamos um levantamento junto à seção de graduação da unidade, do número de alunos matriculados a partir de 2002 que ainda estão vinculados em 2005 e o número de alunos ingressantes em 2005, levando em conta os cursos que compõem a FCL. Foram 403 os alunos matriculados desde 2002, são eles alunos do quarto ano, e 520 o número dos ingressantes, num total de 923 alunos. A pesquisa de caráter amostral, atingiu

10% do número total de alunos que compõem a FCL, ou seja, 92 alunos (Anexo A). A coleta de dados foi realizada através de um questionário, aplicado aos alunos iniciantes, isto é, os ingressantes em 2005 e os alunos no final do curso em 2005, especificamente os matriculados em disciplinas oferecidas no quarto ano. Em ambos os casos, no período diurno e noturno.

Na seção de graduação, foram solicitadas as listas com as disciplinas oferecidas no primeiro ano e as disciplinas oferecidas no quarto ano, de Administração Pública, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Letras e Pedagogia, tanto no diurno como no noturno. Bem como, os nomes dos alunos matriculados nas respectivas disciplinas. (Anexo B). A escolha das disciplinas obedeceu a disponibilidade dos professores de ceder parte de suas aulas para a aplicação dos questionários.

Com as listas em mãos, realizamos a abordagem dos alunos durante as aulas e selecionamos os que participariam de forma aleatória: o primeiro nome da lista era escolhido e, a partir desse nome, contávamos mais dez nomes para escolhermos o próximo aluno a responder, e assim sucessivamente.³

Os questionários aplicados abordaram em particular três aspectos: a importância da universidade na formação política e na eficácia política⁴ em transformar os alunos em atores políticos participantes; os valores dados pelos universitários à democracia; e o papel da mídia como agente de socialização na construção da cultura política dos universitários. (Anexo C) Acreditamos que esses três eixos ajudam-nos a compreender como os universitários percebem e se constituem em atores políticos.

Uma outra informação importante diz respeito à construção dos questionários, uma vez que, as questões foram formuladas tendo como base grandes *surveys* já realizados na área da Ciência Política, bem como questões mais pontuais, considerando o objetivo do trabalho. O

³ - A coleta dos dados foi realizada durante o segundo semestre de 2005.

⁴ - Eficácia política aqui entendida como a "(...) autopercepção da possibilidade de influenciar nas decisões políticas, ou seja, se os entrevistados acreditam que são efetivamente participantes ou imaginam que, se fosse necessário, sua participação teria alguma influência na política." (BAQUERO, 1997, p.17)

intuito da aplicação do questionário foi a investigação do grau de compreensão e participação dos alunos em sua passagem pela universidade.

A idéia de trabalharmos com os alunos ingressantes e alunos concluintes foi a de formar um panorama da concepção dos alunos que acabaram de chegar na universidade com os alunos que estão saindo, para averiguarmos qual o papel da Universidade Pública na consolidação de uma cultura política democrática, e entender o comportamento desses estudantes.

Tivemos que agrupar os alunos iniciantes em primeiro e segundo ano e os alunos concluintes em terceiro, quarto e quinto ano, uma vez que, selecionadas as disciplinas para aplicação dos questionários, os alunos que as freqüentavam, muitas vezes, não correspondiam ao ano oferecido pela disciplina. Isto é, alunos do segundo ano freqüentavam as aulas oferecidas por seu curso no primeiro ano. O mesmo acontecia nos outros anos e cursos, alunos do quinto ano matriculados em disciplinas do quarto ano, alunos do terceiro matriculados em disciplinas do quarto ano etc.. Porém, tal fato não veio atrapalhar as análises que serão apresentadas no decorrer do trabalho.

A análise dos dados bem como a apresentação dos resultados encontra-se no corpo do trabalho, o qual está dividido em três seções sobre a universidade, a democracia e a mídia. Diante da quantidade de gráficos e tabelas, deparamo-nos com a necessidade de realizar uma seleção dos gráficos e das tabelas mais relevantes para assim dinamizar o trabalho. Os gráficos em destaque trazem uma apresentação do universo da pesquisa, assim como as tabelas que, em sua maioria, apresentam dados gerais dessa amostra, bem como tabelas comparando os cursos, os anos dos cursos e o grau de escolaridade dos pais.

Na primeira seção *Universidade Pública*, analisamos a universidade como uma instituição capaz de propagar uma cultura política democrática. A discussão sobre a universidade pública, assim como, a percepção e a participação dos estudantes na

universidade, colabora para o entendimento do papel que a universidade exerce para a consolidação do regime democrático. Assim sendo, buscamos analisar quais as possibilidades capazes de transformar alunos em atores políticos participantes e os limites desta agência neste processo.

Na seção II *Democracia: Cultura política, socialização e participação na universidade* apresentamos uma discussão teórica sobre os principais conceitos e idéias que norteiam nossa pesquisa. Em Almond (1972), buscamos compreender quais são as orientações que levam o indivíduo a se tornar um sujeito político. O autor atribui importância às crenças, valores e atitudes particulares compartilhados no sistema político corroborando com um quadro para o entendimento da cultura política como adequada à manutenção e orientação para ação política, seja em prol ou não da democracia. O ponto central de sua análise é a valorização da unidade familiar, como um berço para futuras aptidões em relação à participação política.

Dahl (1997), avançando mais na discussão, considera de maneira não estável, os períodos de maior receptividade à aquisição de crenças para a atuação política. O mesmo autor é o responsável pelo conceito central de democracia, que trabalhamos nesta seção. Para finalizar, levantaremos uma discussão sobre participação.

Mídia e Política: teoria e percepção dos jovens universitários é a terceira seção que compõe o nosso trabalho. A mídia é o cenário no qual buscamos averiguar a percepção do público, em nosso caso, os estudantes universitários, frente à exposição dos meios de comunicação enquanto agente de socialização política, seu papel de eficácia ou de deturpação de uma cultura política democrática.

Na última seção do trabalho, apresentaremos as *Considerações Finais*, apontando para novas discussões que o tema proporciona.

2 Universidade Pública

A Universidade Pública brasileira enquanto um espaço de conhecimento político e democrático é o foco norteador deste trabalho. Assim, propomos averiguar o papel que esta desempenha diante da cultura política democrática. Trabalhamos com a hipótese de que *Universidade Pública* é uma agência de socialização política capaz de propagar, não só, mas também pelo ensino, pesquisa e extensão, uma cultura política democrática. Não há por certo um conceito único e universal para o termo (BELLONI, 1992). No entanto, podemos defini-la como uma instituição social, em relação à idéia de democracia e democratização do saber, tal instituição tem que possuir como referência a democracia como reguladora (CHAUÍ, 1999) e formar de maneira sistemática os profissionais e intelectuais para atuarem na sociedade (WANDERLEY, 1985), bem como criar uma identidade científica e educativa fundamentada em autonomia de idéias, valores e conhecimento (CATANI; OLIVEIRA, 1999).

Assim sendo, em nosso trabalho, optamos por definir Universidade Pública como um espaço socializador, seja de conhecimento, de cultura, de experiências, vivências tanto acadêmicas quanto políticas. Uma vez que, cabe à universidade preparar seus jovens para atuarem na sociedade. Por ser uma instituição social, a universidade “(...) realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte” (CHAUÍ, 2001, p.35). Daí a necessidade de se pensar tal instituição como um “instrumento” capaz de apontar o grau de democracia na qual estamos inseridos, pois ela faz parte de um mesmo sistema. Assim, a universidade se constitui em “(...) um campo de reflexão, crítica, descoberta e invenção do conhecimento novo, comprometido com a construção e consolidação de uma sociedade democrática” (CATANI; OLIVEIRA, 1999, p.186).

Com a revolução dos meios de comunicação de massa, houve uma maior circulação da informação e do conhecimento, contudo há necessidade de se pensar a universidade diante

desse processo, pois já não é a única fonte propagadora de um conhecimento legitimado. Neste sentido, no decorrer deste trabalho apresentaremos as concepções a respeito da democracia e da mídia, na busca de uma visão mais integrada a respeito do papel que a universidade exerce em seus jovens.

É importante lembrar que a Universidade Pública, enquanto uma instituição, não deixa de estar inserida no sistema econômico-social vigente, daí a obrigação de uma autonomia universitária frente a esses imperativos conjunturais. A autonomia universitária, não deve ser entendida como anti-capitalista, mas sim como

[...] um reduto de lutas pela democratização e pelo desenvolvimento do país, e a defesa da autonomia continua sendo sua pedra de toque e finalidade fundamental, por ser um lugar privilegiado de livre manifestação do pensamento e debates de idéias (WANDERLEY, 1985, p.75).

Ayerbe (2006) afirma que as reformas educacionais ocorridas no século XX na América Latina trouxeram algumas mudanças significativas na universidade, como sua separação da Igreja, a liberdade de Cátedra e a gratuidade do ensino. No entanto, a autonomia universitária frente ao sistema capitalista ainda é uma luta, pois, encontramos-nos inseridos em uma política de avaliação e de distribuição de conceitos, que nos obriga a estar na lógica da produtividade, corroborando com o mercado, tendo como referencial a questão econômica.

O modelo europeu e o americano são uma realidade na origem e na reformulação da universidade brasileira. O célebre trabalho de Weber (2000) *A Ciência como vocação* traz um entendimento da vocação universitária e de como o indivíduo passa a se dedicar profissionalmente à ciência.⁵

⁵ A preocupação deste estudioso, no início do século XX, eram as Universidades Alemãs que estavam sendo impregnadas de ideologias alheias à educação, o que ameaçava a liberdade de pensamento e o espírito crítico. A ciência deveria ser vista como uma contribuição ao desenvolvimento da racionalidade, e a vocação seria o caminho a profissionalização.

Para Weber (2000) existem diferenças significativas na formação de carreiras científicas quando comparamos a ciência produzida na Alemanha e a produzida na América. Na Alemanha, a carreira do homem da ciência acontece sobretudo pela sua posição social, o que o autor chama de “plutocracia”, ou seja, o alicerce da carreira acadêmica vem da detenção do capital econômico. O trabalho do “jovem cientista” não conta com um apoio remunerado, a busca de um prestígio moral a longo prazo é o que é levado em conta, tanto que a consagração de trabalhos mais exaustivos cabe aos cientistas mais velhos.

Nos Estados Unidos, a maneira de constituir uma carreira científica é outra. O estímulo é remunerado e acompanha desde cedo o “jovem cientista”. O sistema é burocrático, sendo o cientista um funcionário pago para realizar as pesquisas. A diferença se acentua ao observar que, o trabalho mais intenso é realizado “durante os anos de juventude” como preparatório para um posto de reconhecimento do cientista no futuro.

A diferença entre esses dois modelos está justamente na percepção americana de universidade. Weber (2000) tece críticas à orientação de muitos sistemas universitários alemães de seguirem o exemplo americano, o qual transforma as universidades em empresas de “capitalismo estatal”, que têm como efeito a privação do trabalhador de seus meios de produção. Assim, pensando no modelo educacional americano, Weber (2000) tem o “jovem cientista” como um assistente, e ele, nesta conjuntura “(...) não dispõe de outros recursos que não os instrumentos de trabalho que o Estado coloca a seu alcance; conseqüentemente, ele depende do diretor do instituto tanto o empregado de uma fábrica depende de seu patrão” (WEBER, 2000, p. 20).

Com um olhar crítico a universidade brasileira, Buarque (1994) atenta para as fontes⁶ de nossa formação acadêmica, que se apresenta na lógica americana. Assim sendo, esse autor

⁶ Buarque (1994) em sua análise privilegia a lógica da universidade americana em nossa formação acadêmica. Porém, sabemos da importância da influência francesa em nossa formação universitária. Com destaque temos a criação da Universidade de São Paulo (USP), que contou com o apoio de professores estrangeiros, dentre eles, podemos destacar alguns colaboradores para a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, como Levi-Strauss, Jacques Lambert e Roger Bastide.

afirma que o compromisso que devíamos firmar é o de superação da universidade do Estado para uma universidade literalmente pública. Sem as amarras de uma idéia produtivista e mercadológica, mas cercados de comprometimento com as questões públicas. Já que a “(...) universidade não dispõe de um projeto, nem de prioridades definidas pela sociedade” (BUARQUE, 1994, p.217).

Para Chauí (2001) o espaço público no Brasil encontra dificuldades em se estabelecer frente ao predomínio do espaço privado, por toda nossa estrutura autoritária em concomitância a hegemonia neoliberal. Assim, o Estado afastando-se da regulamentação da economia, deixa a cargo do próprio mercado as direções a serem tomadas, o que gera incertezas nas aprimorações institucionais. No entanto, vivemos em uma democracia e esta “(...) é inseparável da idéia de espaço público. Ou melhor, é com ela que nasce a idéia e a instituição do espaço público, à distância do espaço privado da família, da economia e da religião” (CHAUÍ, 2001, p.12).

A Universidade Pública, neste sentido deve ser um espaço de luta permanente em prol da democracia, porém para Chauí (2001) essa universidade democrática tem que se democratizar. Os seus argumentos vão ao encontro de uma universidade com maiores princípios democráticos, como igualdade, justiça e liberdade, com maior transparência da gestão administrativa, com a responsabilidade social levada a sério. No limite, com uma maior autonomia e liberdade da pesquisa frente à lógica do mercado.

No entanto, o papel da universidade pública é viabilizar o funcionamento da sociedade, conforme o tipo de sociedade que se deseja. Daí a necessidade de se democratizar cada vez mais a universidade.

Buarque (1994) apresenta uma caracterização da universidade tendo em mente a democracia. Sendo esta a democracia que existe na universidade e a democracia da universidade. A democracia que existe na universidade é essencialmente uma participação da

comunidade acadêmica (professores, alunos, funcionários) nas decisões da administração universitária (O que é para nós um momento importante de experiência e aprendizado democrático, tanto na esfera administrativa como na esfera política). A democracia da universidade é a “(...) incorporação da universidade na construção de uma sociedade democrática” (BUARQUE, 1994, p.181). Isto é, atribuir a essa instituição um funcionamento de oportunidades e direitos democráticos, que venham dar sustentação não apenas no seu atributo de condição, mas também no seu atributo de experiência tão necessária para a consolidação da democracia.

Por toda a dinâmica e transformação sócio-econômica que ocorrem na sociedade, a universidade pode e deve se constituir em um centro de debates dos grandes problemas nacionais e internacionais, produzindo pesquisas socialmente relevantes e engajadas na formação do pensamento crítico. Além disso, cabe a ela, formar através de um arcabouço teórico e de vivências, jovens com consciência de seu papel político na sociedade.

Entretanto, essa relação entre política, no sentido *stricto* do termo, e universidade não é algo tão tranquilo para Chauí (2001), que afirma que existem incompatibilidades nessa relação, sobretudo na questão temporal. Já que a ação sendo um caráter político possui um tempo diferente do tempo do pensamento, ou seja, a praticidade da política é distinta da sistematização do pensamento científico. Um outro ponto de incompatibilidade da política com a universidade é a alternância do ocupante no poder embora isto caracterize a política democrática, essa alternância só é válida quando “(...) houver continuidade dos projetos e programas de formação e pesquisa” (CHAUÍ, 2001, p.122). A superação de tal incompatibilidade se dará na medida em que a universidade se inserir em políticas de longo prazo não estando submetidas à periodicidade da política estatal.

Porém, percebemos que existem compatibilidades entre a vocação científica da universidade e a vocação política. Basta pensarmos na relação entre o saber-poder, na

educação aristocrática, na Academia de Platão entre outros. Contemporaneamente, o “maio de 1968” deve ser lembrado, quando os movimentos sociais, civis, estudantes e guerrilheiros da América Latina e libertários da antiga Europa do Leste, lutaram contra a Guerra do Vietnã, lutaram a favor do direito dos negros, pela libertação feminina e também pela redemocratização do Brasil. O ponto de partida “(...) se não foi a universidade como instituição, foi a universidade como irradiadora de conhecimento e de práticas novas, muitas das quais visando à transformação da própria universidade” (CHAUÍ, 2001, p.118).

Como já dissemos, ao falarmos de universidade pública estamos enfocando a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) criada em 1976. Vaidergorn (2003) ao pesquisar a interiorização paulista das FFCL (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) ressalta que a criação da UNESP se deu a partir da aglutinação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, unidades estas situadas em diferentes pontos do interior paulista. Uma característica peculiar a UNESP é a sua disseminação de vários campi espalhados pelo interior do estado de São Paulo.⁷ A idéia da interiorização da universidade era a de levar o desenvolvimento aos municípios paulistas. O impacto econômico e financeiro é hoje uma realidade nos municípios que acolheram a UNESP. Afirma Bovo (2003, p.20) que

os indicadores reunidos mostraram a importância da UNESP, tanto como vetor de recursos tributários que retornam para as cidades onde ela está localizada quanto como fonte de dinamismo das atividades econômicas, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento local e regional .

Um dos *campi* da Unesp está sediado em Araraquara. Cidade situada no centro geográfico do estado de São Paulo, fundada em 22 de agosto de 1817, estando localizada a 273 km da cidade de São Paulo. É uma importante cidade do interior paulista com uma

⁷ O modelo *multicampi* é de origem americana, da Universidade da Califórnia sendo composta por 23 campi. São vários os campi da UNESP, distribuídos por 23 cidades com um total de 33 faculdades.

população estimada em 197.039 habitantes (IBGE- 2005), tem na agroindústria seu pólo econômico, com o cultivo de cana-de-açúcar e laranja. É uma cidade que possui, além da Unesp, outros centros de Ensino Superior como, a Uniara – Centro Universitário de Araraquara, a Unip – Universidade Paulista, Faculdade Savonitti e as Faculdades Integradas Logatti, com cursos de graduação e pós-graduação nas áreas de humanas, exatas e biológicas.

No campi da Unesp em Araraquara existem quatro faculdades de diferentes áreas do conhecimento. A FCF – Faculdade de Ciências Farmacêuticas, com seu curso de Farmácia-Bioquímica e a FO – Faculdade de Odontologia são as representantes das Ciências Biológicas. O IQ – Instituto de Química, com a graduação em Química, é o representante das Ciências Exatas e a FCL - Faculdade de Ciências e Letras, recorte de nossa análise, é a representante das Ciências Humanas. A FCL é composta por cinco cursos de graduação (Administração Pública, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Letras e Pedagogia) e Pós Graduação em Sociologia, Estudos Literários, Lingüística e Língua Portuguesa, Educação Escolar e Economia. Referimo-nos então, a um centro de estudos de Ciências Humanas o que pressupõe, devido à pluralidade de pensamentos, que os alunos ali inseridos possuem uma visão mais voltada para o social, com um maior senso crítico, capazes de praticar uma leitura da conjuntura atual, seja através da economia, da educação, da administração e da política.

O foco da pesquisa esteve voltado para os jovens da graduação. Durante o segundo semestre de 2005, fizemos a coleta dos dados junto aos jovens, aleatoriamente selecionados, de todos os cursos que compõem a FCL, tanto diurno quanto noturno. A representatividade da amostra é de 10%.

A maioria dos universitários que compõem a amostra tem como origem o estado de São Paulo (41,38%), ficando em 12,64% o percentual de alunos de outros estados.

Tabela 1.1: Cidades de Origem

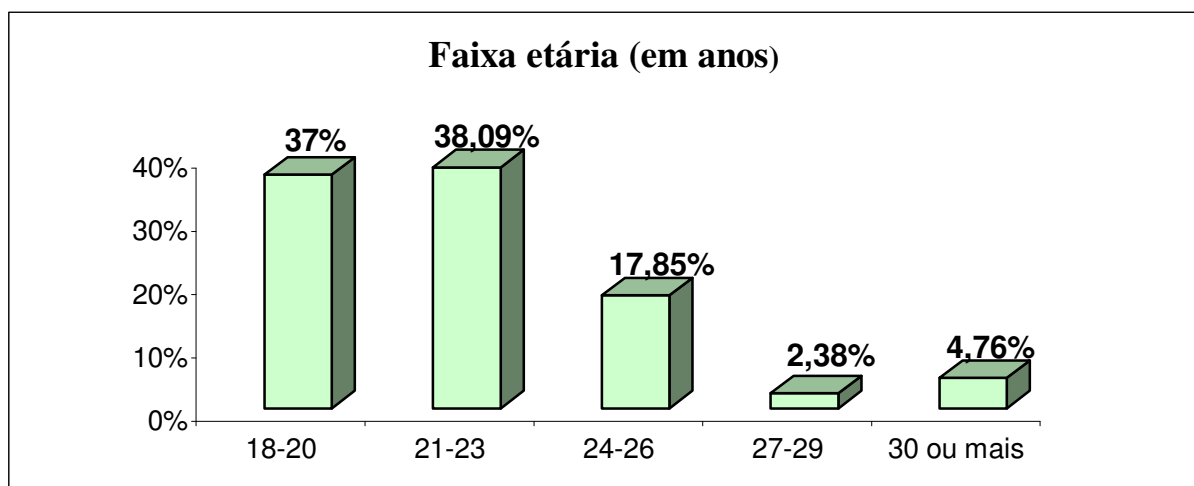
Cidades de Origem	
Estado de São Paulo	41,38%
Outros estados	12,64%
Araraquara	12,64%
São Carlos	10,34%
Ribeirão Preto	9,20%
São Paulo	6,90%
São José dos Campos	3,45%
Campinas	3,45%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Esses dados reforçam o recorte de nossa pesquisa, pois ao falarmos de universidade pública estamos destacando uma universidade paulista composta em sua maioria por jovens deste estado. Revelando assim uma realidade em particular.

Para Marcovitch (2006) a quantidade de jovens na universidade brasileira se limita a apenas 9%, frente à Argentina com 40% e o Canadá com 80%. Assim, percebemos como é pequeno o ingresso do jovem na vida acadêmica brasileira. O recorte que demos ao nosso trabalho revela que o universo de nossos universitários é constituído por aproximadamente 75% dos entrevistados com idade entre 18 a 23 anos. Dos 25% restantes, apenas 7% têm mais de 27 anos.

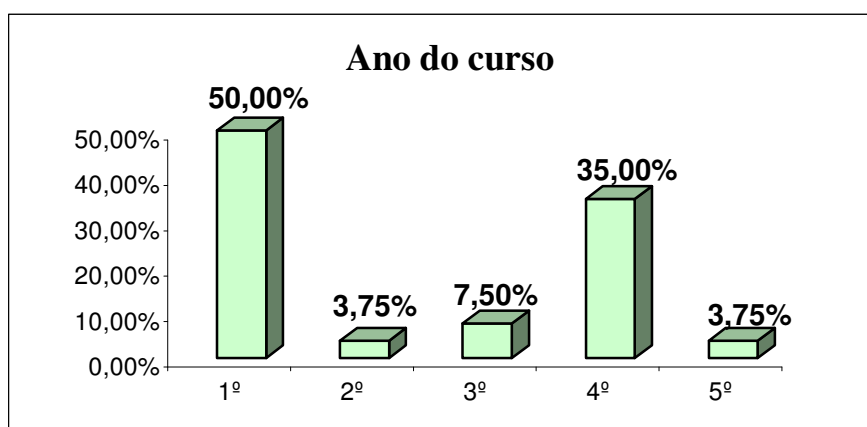
Gráfico 1 – Idade



Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

A variável “idade” aponta para o jovem como o público universitário prioritário. Consentimos com a categoria de juventude “(...) não apenas sob o ângulo das peculiaridades de cada fase etária, mas sob o viés do impacto do meio social sobre os indivíduos em razão das características específicas da sua fase etária” (SCHIMIDT, 2000, p.53). Dessa maneira, acreditamos que a universidade poderá se constituir em um momento de várias descobertas em âmbito pessoal, moral, intelectual e político do jovem. A universidade se constitui em um período de transformações pessoais que repercutiram na vida do aluno (TOLEDO, 2002).

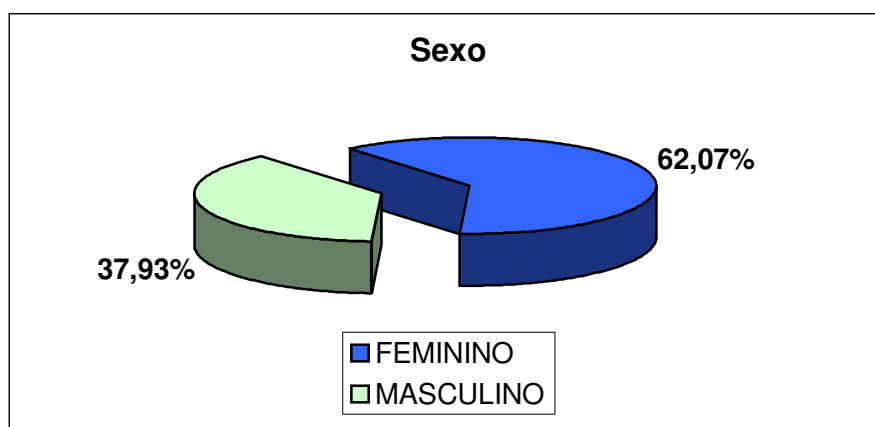
Embora tenhamos escolhido as disciplinas oferecidas no primeiro e quarto anos para a realização da coleta de dados, como já dissemos, tivemos a participação de universitários de outros anos cursando essas disciplinas. A solução que tomamos foi a de agrupar os universitários do primeiro e segundo ano como alunos iniciais, e os alunos de terceiro, quarto e quinto ano como alunos finais, para assim melhor tratarmos os dados. O gráfico 2 (dois) mostra a distribuição do universo de alunos em seus respectivos períodos.

Gráfico 2 – Ano do curso

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

A maioria dos entrevistados se concentra entre o primeiro (50%) e o quarto anos de curso (35%). Restando 15% aos alunos dos demais anos, os quais foram agrupados em alunos iniciais e finais. O que nos permite afirmar que mesmo os alunos não estando todos literalmente no primeiro e no quarto ano, como pensávamos encontrar, não houve um prejuízo na compreensão de como esses alunos chegam a universidade e como os mesmo saem da universidade.

Não trabalhamos na pesquisa com a questão de gênero, porém como uma das variáveis destacamos no gráfico 3 (três) a presença do sexo feminino com 62,07% frente a 37,93% do sexo masculino.

Gráfico 3 – Sexo

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

O universo da pesquisa é em sua maioria formado por mulheres. Porém, a presença feminina na universidade não é apenas uma característica do universo da pesquisa, mas da universidade como um todo. Pois, através dos dados fornecidos pela seção de graduação, no ano de 2005, o número de alunos matriculados do sexo feminino foi maior do que o masculino. Somando as matrículas de todos os cursos que compõe a Faculdade de Ciências e Letras e os períodos diurno e noturno, podemos perceber que existe uma diferença substantiva já que foram matriculados 1392 mulheres frente a 939 homens.

O grau de instrução dos pais também foi levado em conta, uma vez que, existem autores como Moisés (1995) que afirma que quanto maior o grau de escolaridade, maior é o contato com a realidade política, resultando em uma ampliação da democracia. Para Almond (1972) dentre os agentes clássicos de socialização política está a unidade familiar e a estrutura escolar. Desse modo, o grau de instrução, ou seja, de escolaridade dos pais passa a ser importante para entendermos quem são os alunos que estão freqüentando a universidade pública. Nesse sentido, perguntamos aos alunos qual o grau de instrução de seus pais. As

opções de respostas estavam divididas entre “analfabetos (as)”, nível “incompleto” e nível “completo” para o ensino fundamental, médio e superior. Na opção “incompleto” entendemos que, independente do nível de ensino, a conclusão dos estudos não foi cumprida. Já por “completo” temos a conclusão do nível do ensino. Na tabela 1.2 encontramos o grau de instrução dos pais desses alunos.

Tabela 1.2: Relação de instruções dos pais

Relação familiar Grau de instrução	Pai	Mãe
Analfabetos (as)	2,35%	1,15%
Fundamental incompleto	10,59%	14,94%
Fundamental completo	7,06%	12,64%
Médio incompleto	7,06%	6,90%
Médio completo	31,76%	22,99%
Superior incompleto	11,76%	11,49%
Superior completo	29,41%	29,89%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Em geral, conforme podemos observar, é alto o grau de escolaridade dos pais desses alunos. Os pais com formação completa em todos os níveis de escolaridade é superior aos níveis de escolaridade incompleta, com exceção do ensino fundamental. O que nos leva a afirmar que, o grau de escolaridade dos pais reflete na educação dos filhos, o que provavelmente os levou a incentivar seus filhos a ingressarem no ensino superior.

Definido o universo dos jovens, partimos para a averiguação de suas percepções frente à universidade. Perguntamos como concebem a universidade. E uma alta porcentagem tem a universidade com um espaço de interação intelectual. Essa visão se sobressai em relação à idéia da universidade como um espaço de decisões políticas.

Tabela 1.3: Como você concebe a universidade?

Como um espaço estritamente acadêmico	8,51%
Como um espaço de interação intelectual	76,60%
Como um espaço de decisões políticas	3,19%
Como um espaço de ascensão social	1,06%
Como um espaço de realização profissional	10,64%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Os dados da tabela 1.3 podem explicar a inexpressiva participação dos alunos em organizações estudantis. O engajamento mais político dentro da universidade é composto por apenas 10,47%, como mostra a tabela 1.4.

Tabela 1.4: Organização estudantil

Pertence a organização estudantil?	
Sim	10,47%
Não	89,53%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Neste sentido, percebemos que a universidade é, para esses jovens, um espaço mais de aprendizagem no sentido clássico do termo (aquisição e sistematização de conhecimento) do que um ambiente de aprendizagem política. Ao analisarmos a tabela 1.5 em que perguntamos quais as atividades que os universitários mais participam, foram destacadas as atividades de complementação curricular (21,35%). As atividades de caráter mais politizado como as

participações nas assembleias estudantis e aos centros acadêmicos, ficaram com apenas 14,95% e 2,49%.

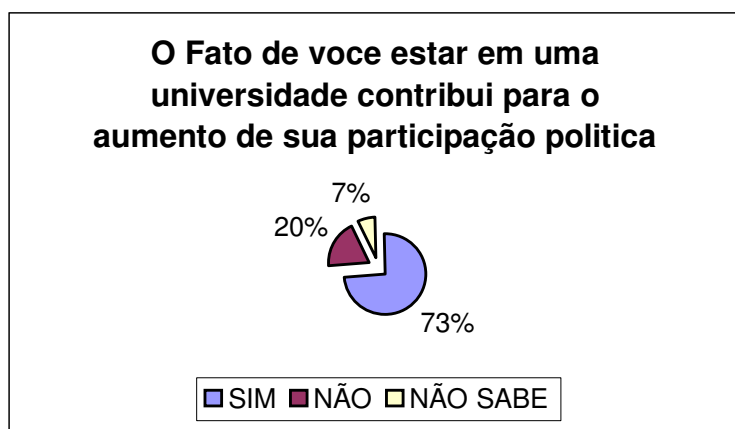
Tabela 1.5: Você participa ou já participou

Do coral da faculdade	2,14%
Do centro acadêmico	2,49%
Do PET*	1,78%
Das manifestações (passeatas, invasões na faculdade)	11,74%
Em grupos de estudos	14,95%
Festas na faculdade (Semana dos Bixos, Festa Junina)	18,15%
De simpósios, conferências e seminários	21,35%
De grupo religioso na faculdade	3,20%
Assembleias estudantis	14,95%
Jogos ou campeonatos esportivos	9,25%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Mesmo diante desses dados em que percebemos que a busca pela formação intelectual é o objetivo desses jovens, os mesmos acreditam que a universidade contribui para sua participação política. É o que mostra o gráfico 4 a seguir.

* PET- Programa de Educação Tutorial é composto por alunos aprovados em uma avaliação. O seu quadro de alunos é composto sempre por uma seleção realizada no final do primeiro ano da graduação. Esses alunos são acompanhados em suas atividades por professores e recebem um auxílio financeiro para desenvolverem suas atividades. O número de petianos é por certo limitado, porém os demais alunos não aprovados na seleção não são impedidos de participarem do programa como voluntários.

Gráfico 4 - A universidade contribui para sua participação política?

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

A contribuição para a formação política dos jovens na universidade, advém, sobretudo do papel que a extensão universitária exerce. A extensão universitária é vista por uma parte da literatura, como uma retribuição à sociedade pelos recursos que recebe. No entanto, para Moraes (2002) “o primeiro e principal serviço – com a qual a universidade ‘devolve’ à sociedade o que esta nela investe - é a competência, a geração de profissionais e de pesquisadores, através de suas atividades de ensino e pesquisa” (p.32). Assim sendo, a extensão deve ser vista como uma complementação do ensino e da pesquisa. A tabela 1.6 questionou os jovens em relação à contribuição da universidade em sua formação política, se esta contribuição decorria do âmbito, do ensino, da pesquisa, da extensão ou das relações entre os colegas e professores. Pedimos para os universitários que, se houvesse mais de uma opção uma enumeração por prioridade fosse feita. Neste sentido, a tabela traz esses graus de prioridades.

Tabela 1.6: Se a universidade contribui para sua formação política, é através do (a)

Grau de prioridade de contribuição	Ensino	Pesquisa	Extensão	Relação entre colegas e professores
1	24%	7%	52%	17%
2	22%	9%	6%	63%
3	3%	34%	14%	48%
4	7%	7%	43%	43%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Esses dados apontam para a percepção que os alunos têm da extensão como uma forma de contribuição para sua formação política. Sendo esta canalizada como oportunidade de resposta, de prestação de serviços à sociedade. Os universitários não estabelecem uma relação da extensão como uma continuidade de ensino e pesquisa. Tal dado se confirma ao percebermos que a segunda com 63% e a terceira prioridade de contribuição para formação política com 48% está relacionada a relações existentes entre os colegas e professores, ou seja, uma relação extracurricular.

O fato de estar na universidade segundo os jovens é uma forma de contribuição para o aumento de sua participação política. Seja na participação da dinâmica da própria universidade ou a participação na sociedade. Advertindo sobre a importância em participar de entidades estudantis, 82,35% dos universitários afirmaram ser essa atividade fundamental nesse processo de formação, apenas 8,24% negaram essa atividade como importante e 9,41% dos universitários dizem não saber sobre o assunto.

No entanto, essa participação não é realizada na mesma intensidade como afirmam esses jovens. Quando a comparação é feita em relação ao ano do curso, a participação se concentra mais nos alunos iniciais do que nos alunos finais, como mostra a tabela 1.7.

Tabela 1.7: Já participou de alguma entidade estudantil relacionada com o ano do curso

Já participou de alguma entidade estudantil	Ano do curso		
	1º e 2º ano	3º, 4º e 5º ano	Total
Sim	47,62%	37,14%	42,86%
Não	38,10%	42,86%	40,26%
Já participei, não participo mais	14,29%	20,00%	16,88%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

A maior porcentagem de participação em alguma entidade estudantil é do primeiro grupo com 47,62%. O segundo grupo com 42,86% aponta para uma não participação em entidades estudantis.

A forma de participação desses jovens dentro da universidade, tanto para os alunos iniciais (1º e 2º ano) como para os alunos finais (3º, 4º e 5º ano) se constitui, sobretudo na forma de assinar abaixo assinados, como aponta a tabela 1.8.

Tabela 1.8: Formas de participação política na universidade relacionada com o ano do curso

Formas de participação política na universidade	Ano do curso		
	1º e 2º ano	3º, 4º e 5º ano	Total
Assinar um abaixo assinado	80,00%	88,57%	84,00%
Participar de manifestações ou protestos	17,50%	8,57%	13,33%
Participar de greve	2,50%	2,86%	2,67%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Pensando na participação dos alunos iniciais e alunos finais na sociedade, percebemos que ela é maior no final da graduação e que essa participação vem da interação que a universidade proporcionou. É o que nos mostra as tabelas a seguir.

Tabela 1.9: Participa de algum projeto que traz benefício à sociedade relacionado com o ano do curso

Participação em grupo, projeto, ONG ou atividade que beneficie a sociedade	Ano do curso		
	1º e 2º ano	3º, 4º e 5º ano	Total
Sim	34,15%	45,95%	39,74%
Não	51,22%	40,54%	46,15%
Às vezes	14,63%	13,51%	14,10%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Os números da tabela apontam que, os alunos do segundo grupo com 45,95%, são os que mais participam de atividades relacionadas à sociedade. O que nos leva a alegar que a universidade acaba por preparar os jovens a atuarem na sociedade, não apenas de uma maneira profissional, mas também com uma participação política, uma vez que, as atividades apontadas são as participações em grupos, projetos e ONGs que beneficiam a sociedade. E que esta participação vem da interação dentro da Universidade, como apresenta a tabela 1.10.

Tabela 1.10: Como se inteirou nessas atividades que beneficiam a sociedade?

Maneira pela qual se inteirou	Total
Pela universidade	33,33%
Amigos e/ou professores da universidade	12,50%
Prefeitura	2,08
Grupos independentes	27,08%
Amigos da cidade de origem	25,00%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

A universidade é a maior fonte de interação das atividades que beneficiam a sociedade, segundo a afirmação dos jovens. A participação dentro dela é maior no primeiro grupo (1º e 2º ano) em relação ao segundo grupo (3º, 4º e 5º ano), ou seja, os alunos iniciais atuam de forma mais significativa nas atividades universitárias do que os alunos finais. Levando em conta a caracterização de Buarque (1994) da universidade frente à democracia, temos em um primeiro momento com a participação dos alunos na comunidade acadêmica, a “democracia na universidade” que para o autor são decisões administrativas e internas assumidas pela comunidade acadêmica. Acreditamos que essa participação democrática na universidade acaba por ser um período de socialização política, uma vez que, oferece oportunidades aos alunos de vivenciarem experiências democráticas, contribuindo para suas atuações futuras na sociedade nesta mesma perspectiva. A participação dos universitários na sociedade é menor no primeiro grupo e maior no segundo grupo, o que nos permite pensar que a universidade prepara os jovens para atuarem na sociedade de maneira significativa. Concordando com Buarque (1994) que a universidade exerceria seu papel de atuação na sociedade democrática, a “democracia da universidade” seria uma realidade.

A busca desses jovens universitários em relação a sua formação acadêmica é categoricamente realizada tendo em vista o ensino e a pesquisa para sua formação intelectual.

Outros aspectos como a extensão, as relações extracurriculares e a relação professor/aluno são vistos como um espaço de formação política pelos universitários. A participação de alunos, filhos de pais bem instruídos, na universidade é um fato. Porém essa participação muitas vezes fica restrita a formação profissional. A participação em centros acadêmicos, assembleias estudantis e ocupação em algum cargo de liderança estudantil, que são participações de caráter mais político e coletivo, não são assumidas com rigor, uma vez que 76,60% dos universitários concebem a universidade como um espaço de interação intelectual, frente a 3,19% que tem a universidade como um espaço de decisões políticas. (Ver tabela 1.3, p.30)

Cabe-nos, porém, analisar no decorrer do trabalho, a percepção que esses jovens possuem da democracia e da mídia para assim termos uma visão mais ampla sobre o papel que a universidade pública desempenha na construção de uma cultura política democrática.

3 Democracia: Cultura política, socialização e participação na universidade

Os padrões culturais são hoje questionados quanto a sua eficiência para a manutenção da democracia. Há os que acreditam que a democracia se mantém independente da cultura⁹. Na presente seção, apresentaremos um panorama da perspectiva culturalista, centrado nas idéias de Almond (1972), que fornecem orientações para a atuação do indivíduo dentro do sistema político.

Para aprofundar a discussão, analisamos a contribuição de Dahl (1997), uma vez que, ao fugir do determinismo das teorias culturalistas, busca valorizar o pluralismo da sociedade, no sentido de uma maior competição por poder político. Trabalha com o conceito de períodos de receptividade¹⁰, em que os indivíduos e os grupos estão mais propícios à apreensão e formação de crenças políticas.

A democracia é pauta para o entendimento da discussão acima referida. Neste sentido, procuramos conceituá-la, levando em conta a contribuição de Dahl (1997), que procura desmistificar as idéias de democracia clássica e ideal, tendo em mente o mundo real. Nessa perspectiva, a questão da participação entra em cena. Pateman (1992) e Kerstenetzky (2003) apresentam um rico debate para o entendimento da participação na democracia contemporânea.

Nas décadas de 60 e 70 houve uma retomada dos estudos culturais, sobretudo da “Escola Americana”, através da Teoria da Política Comparada”, passando a se preocupar não somente com as questões institucionais da política. Esse tipo de análise era comum antes da Segunda Guerra Mundial e sua preocupação estava no âmbito das divisões dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Comparações eram realizadas com o intuito de encontrar

⁹ Sobretudo os teóricos da Teoria da Escolha Racional. No Brasil, um representante desta corrente é Limongi (2003) em Democracia e cultura: uma visão não culturalista.

¹⁰ Meio pelo qual a cultura política conduziria a uma formação de crenças políticas.

semelhanças e diferenças para assim montar uma escala de avaliação e hierarquização entre as várias realidades políticas. A análise comparativa acontecia entre as instituições das grandes potências ocidentais, tais como EUA, Inglaterra, França, Alemanha e Itália, uma vez que, essas potências, principalmente os EUA e a Inglaterra, apresentavam-se como importantes democracias, vistas como um parâmetro, uma etapa mais avançada do sistema político. Contudo, o que estava em pauta era a questão institucional.

Com a Segunda Guerra Mundial, houve uma modificação significativa: a polarização dos EUA x URSS, em sua vertente política, a democracia *versus* socialismo, fez com que esse tipo de análise avançasse para além da institucionalidade. Assim, houve uma incorporação da preocupação comportamental do indivíduo em relação ao sistema político.

A “Teoria Sistêmica” de Parsons (1966), que tem como princípio fundamental os sistemas que compõem a sociedade para manter o equilíbrio, ajudou no avanço das novas preocupações sobre a democracia. Ao postular que o indivíduo participa de vários sistemas, de vários papéis. De acordo com cada papel que exerce, pode-se esperar um tipo de comportamento. Para Parsons existe uma integração em relação aos vários sistemas sociais.

Almond (1972), seguidor de Parsons deixa de lado as comparações entre as idéias de governo, nação e estado e centraliza sua preocupação no “sistema político” opondo-se, então, à abordagem do governo comparativo, dominante antes da Segunda Guerra Mundial. Assim, introduz uma nova metodologia com o intuito de obter perspectivas mais amplas, um maior realismo e precisão, enfim, ordem na teoria política e no entendimento da democracia. Segundo o autor, as mudanças nas abordagens devem ser efetivadas, pois, a forma de se fazer política mudou. Existe agora o sufrágio universal, os partidos políticos, os grupos organizados de interesse. Da separação dos poderes de outrora, surgiram outras funções como a articulação e agregação de interesses e a comunicação.

O sistema político é, para Almond, o que envolve uma gama de atividades políticas de uma sociedade. Vivemos em um sistema político com várias atividades políticas, no entanto, exercemos diferentes papéis expressivos. Respeitamos as leis, somos eleitores, juízes, legisladores, cidadãos, e é dessa inter-relação de papéis que se constitui tal sistema.

Por ser dinâmico, o sistema político passa por vários processos. Temos, como exemplo, o sistema patriarcal cuja autoridade era exercida por um homem mais velho, baseada no parentesco, portanto, havia uma ausência da estrutura administrativa. Um outro exemplo é o sistema patrimonial possuidor de uma equipe administrativa e papéis especializados que eram controlados por governantes, obtendo, assim, um funcionalismo especializado. Como outro exemplo, podemos citar o sistema feudal, diferente dos demais por pautar-se em relações de lealdade pessoais entre o senhor e seus vassallos. Dessa maneira, percebemos que a estrutura política não é estática e sim dinâmica.

O sistema político democrático atual é composto por uma estrutura política especializada, da qual fazem parte os partidos políticos, os meios de comunicação de massa, as instituições etc. Enfim, as estruturas políticas são “as atividades observáveis que constituem o sistema político” (ALMOND, POWELL, JR. 1972, p.37), sendo a forma pela qual o sistema político se concretiza, seja através dos partidos políticos, das instituições ou da mídia.

A contribuição de Almond permite entender o comportamento dos indivíduos, em nosso caso específico a percepção dos jovens universitários e como desenvolvem seus papéis políticos, observaremos em particular, a função da cultura política e a socialização política.

A cultura política deve ser entendida como “(...) padrão de atitudes e orientações individuais com a política compartilhadas por membros de um sistema político” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p.17), em que “o reino pessoal é a base das ações políticas e o que lhes confere significação” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p.17).

Os aspectos individuais em relação à política são apresentados por Almond em três dimensões. Na primeira, encontramos as “orientações cognitivas como o conhecimento, preciso ou não, de objetos e credos políticos” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 17). Nesse sentido, buscamos averiguar na pesquisa empírica que realizamos junto aos universitários, indícios de orientações relacionadas à política. Em relação a “orientação cognitiva”, buscamos perceber o grau de leitura dos jovens sobre questões políticas, como mostra a tabela 2.1.

Tabela 2.1: Hábito de leitura relativa à política em algum meio de comunicação

	Total
Sim	61,63%
Não	2,33%
Às vezes	36,05%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Os jovens universitários apresentaram um bom grau de leitura sobre os assuntos políticos, o que indica que há uma busca de informações a respeito da política. No entanto, percebemos que essas informações ainda não contemplam os universitários de uma maneira mais ampla, pois, ao perguntarmos aos mesmos sua opinião a respeito da reforma política, em média 40,00% deles afirmaram não saber ou não possuir essas informações, como mostra a tabela 2.2.

Tabela 2.2: Qual sua opinião sobre a Reforma Política?

	Total
A favor	52,38%
Contra	7,14%
Não tem informações	33,33%
Não saber	7,14%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Assim sendo, podemos apontar que os universitários possuem um grau de entendimento sobre as questões políticas, mas não de maneira aprofundada.

A segunda orientação apresentada pelo autor, tem a ver com as “orientações afetivas, como os sentimentos de ligação, envolvimento, rejeição e outros a respeito de objetos políticos” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 17). Assim sendo, perguntamos aos universitários se eles possuíam alguma identificação partidária. Ver a tabela 2.3.

Tabela 2.3: Posse de alguma identificação partidária relacionada com o ano do curso

Possui identificação partidária	Ano do curso		
	1º e 2º ano	3º, 4º e 5º ano	Total
Sim	14,29%	16,22%	15,19%
Não	47,62%	56,76%	51,90%
Já teve	14,29%	10,81%	12,66%
Gosta de um partido, porém não é filiado	23,81%	16,22%	20,25%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

O grau de rejeição a alguma identificação partidária, independente do ano do curso, é significativo. Os questionários foram aplicados durante o segundo semestre de 2005, período este em que o PT - Partido dos Trabalhadores venceu, pela primeira vez, as eleições presidenciais realizadas 2002 com o slogan “A esperança venceu o medo.” O governo do PT estava no auge de uma crise política com as denúncias de fraudes, como a máfia das ambulâncias, a existência de um Caixa II e a compra de apoios políticos, o então nomeado “mensalão”.¹¹

O fato é que, essa crise do PT pode ter contribuído para o desenvolvimento de sentimentos de rejeição dos jovens universitários frente aos partidos políticos, embora seja

¹¹ Pagamento recebido por parlamentares para apoiar iniciativas governamentais.

sabido que, no Brasil, sempre houve uma fragilidade em relação à identificação partidária (KINZO, 1980). No entanto, a maioria dos universitários que dizem possuir identificação partidária, identificam-se com o PT. O que nos permite afirmar que as “orientações afetivas” sejam de rejeição ou de envolvimento fazem parte de suas percepções em relação a questões políticas. Ver tabela 2.4.

Tabela 2.4: Partido Político com o qual se identifica

Identificação partidária	Total
PT	53,13%
PSDB	18,75%
PV	9,38%
PMDB	6,25%
PFL	3,13%
PSC	3,13%
Outro	6,25%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Por último, identificamos as “orientações avaliativas, como os julgamentos e opiniões sobre objetos políticos, que usualmente envolvem a aplicação de padrões de valores a respeito de objetos e fatos políticos” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 17). Nesse sentido, perguntamos sobre o funcionamento das Instituições políticas no Brasil e 77,22% dos jovens entrevistados avaliaram que, às vezes, essas instituições funcionam. Somente 3,8% afirmaram que nossas instituições políticas funcionam contra 18,99% que acreditam que não.

É importante ressaltar que tais dimensões se inter-relacionam podendo ser combinadas e encontradas em um único indivíduo. Outra nota relevante é que a cultura política pode ser identificada e até medida através da pesquisa de opinião pública, pelas técnicas psicológicas, pelo discurso político, pelo comportamento etc.

A cultura política é reveladora de padrões e, conseqüentemente, distribuidora das orientações para a ação política. Funciona como “um instrumento conceptual válido com o qual podemos eliminar o hiato entre o estudo do indivíduo em seu ambiente político e o sistema político como um todo” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p.38). A idéia é de que o indivíduo é um ator político, fazendo parte do sistema.

Tal ator político pode ser caracterizado ainda, conforme suas atitudes com relação ao sistema político e ao processo de *inputs* e *outputs*. Podem ser classificados como indivíduos paroquiais, isto é, “pessoas que demonstram pouca ou nenhuma consciência do sistema político nacional” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 38).

Nesse sentido perguntamos aos universitários como eles se consideram em relação à política, como mostra a tabela 2.5.

Tabela 2.5: Como se considera na política relacionada com o curso

Em relação à política você se considera uma pessoa	Ano do curso		
	1º e 2º ano	3º, 4º e 5º ano	Total
Muito interessado	57,14%	45,95%	51,90%
Um pouco interessado	40,48%	51,35%	45,57%
Não tem interesse	2,38%	2,70%	2,53%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Diante desses dados, percebemos que, de uma maneira geral, os jovens se apresentam interessados em relação a assuntos políticos. O interesse é maior nos primeiros anos da graduação, o que nos indica que esses universitários das Ciências Humanas entram na universidade mais atenciosos em relação à conjuntura política. Porém, o grau de interesse é diferente em relação aos diferentes cursos da universidade. É o que apresenta a tabela 2.6.

Tabela 2.6: Curso relacionado à manifestação em relação à política

Cursos	Como se considera em relação à política?			
	Muito interessado	Pouco interessado	Não tem interesse	Total
Administração Pública	50,00%	50,00%	0,00%	100,00%
Ciências Econômicas	62,50%	37,50%	0,00%	100,00%
Ciências Sociais	66,67%	33,33%	0,00%	100,00%
Letras	38,89%	50,00%	11,11%	100,00%
Pedagogia	35,29%	64,71%	0,00%	100,00%
Total	50,59%	47,06%	2,35%	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Em relação aos cidadãos que têm consciência do sistema nacional, Almond (1972) os classifica como sujeitos e participantes. “Sujeitos são os indivíduos que têm consciência do sistema político e do efeito que seus *outputs*, tais como assistência social, leis etc., possam ter sobre suas vidas, mas que não estão dispostos a participar das estruturas de *inputs*” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 39).

Como tomamos esses processos de atitudes políticas na perspectiva da universidade, tendo em mente que esta é uma agência de socialização política, perguntamos a todos os jovens que fazem parte do universo da pesquisa se eles concordam com as reivindicações estudantis que ocorrem na universidade.

Tabela 2.7: Concordância com as reivindicações estudantis relacionada ao ano do curso

Concorda com as reivindicações estudantis dentro da universidade?	Ano do curso		
	1º e 2º ano	3º, 4º e 5º ano	Total
Sim	84,62%	73,33%	79,71%
Não	7,69%	23,33%	14,49%
Não sabe	7,69%	3,33%	5,80%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Existe uma concordância em relação à importância das reivindicações estudantis na universidade por parte dos dois grupos de alunos. O que mostra que os universitários têm a noção dos efeitos de sua participação. Porém, ao perguntarmos sobre o seu pertencimento a alguma organização estudantil, órgão relacionado às pautas das reivindicações estudantis, a maioria dos universitários respondeu não pertencer a nenhuma organização deste gênero, o que nos possibilita deduzir que estes tem uma noção dos mecanismos de respostas, mas não estão dispostos a participar dos mecanismos de pressão. Ver tabela 2.8.

Tabela 2.8: Pertencimento a alguma organização estudantil relacionada com o ano do curso

Pertence alguma organização estudantil?	Ano do curso		
	1º e 2º ano	3º, 4º e 5º ano	Total
Sim	11,90%	10,81%	11,39%
Não	88,10%	89,19%	88,61%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Já os participantes “são os indivíduos que têm consciência das estruturas e processos de *inputs* e que, além disso, se engajam, ou se consideram potencialmente engajados, na articulação ou expressão de demandas e na elaboração de decisões” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 40). As atitudes em relação a esse nível de consciência são também um fato dentro da universidade, essa forma de participação ocorre, sobretudo através de abaixo assinados (84,00%) com já vimos na tabela 1.8 (p.34).

Assim, a cultura política se pauta por tais combinações de indivíduos. Por isso, é tão importante que os indivíduos se sintam como atores políticos, capazes de influenciar as ações do governo, colaborando e participando do mesmo. Para tanto, deve haver a confiança política da sociedade. O mesmo vale para a universidade.

O poder político nem sempre é harmonioso. Discordante, muitas vezes, acaba por ser conflitante, e o conflito é importante na cultura política, pois é quando uma necessidade social é canalizada tornando-se uma questão política. Problemas como relacionamentos interpessoais e de recompensas políticas são notados e fazem parte do sistema político, muitas vezes alterando a confiança desejada.

Outro processo, analisado por Almond é a secularização cultural, definindo como um movimento para a produção de papéis e de atitudes específicas. Isso porque o indivíduo pode se tornar consciente de vários papéis governamentais, apontando as diferenças uma vez que

[...] tal indivíduo pode não ter qualquer conhecimento específico das maneiras pelas quais esses papéis podem influenciar o sistema político, isto é, nenhuma compreensão da estrutura de recepção da sociedade. Sua imagem de si mesmo como iniciador de demandas permanece igualmente vaga e limitada, possivelmente restrita a algumas idéias, tais como procurar o chefe local ou o chefe da família, se surgir algum problema. Referimo-nos a tais indivíduos como sujeitos políticos. (ALMOND; POWELL JR., 1972, pp.42-43).

Em oposição ao sujeito político, está o participante político que é capaz de desenvolver “(...) um conjunto de atitudes específicas para com as estruturas de recepção política, como partidos e grupos de interesses, e para com o papel que ele pode desempenhar nessas estruturas” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 43). Deste modo, notamos, mais uma vez, que existem diferenças em relação aos papéis desempenhados, e que a cultura política se seculariza com o intuito de que as estruturas operem eficientemente.

A cultura política não é homogênea em toda a população. Existem parcelas da população que são mais favoráveis a atitude a respeito de certo objeto político e outras parcelas menos favoráveis. A diferença se deve ao nível de educação, costumes e localidade. Ao surgir um conjunto de características políticas que podem ser distinguidas, obtemos uma subcultura política. Moisés (1995), em uma pesquisa sobre as mudanças e continuidades na cultura política dos brasileiros, constatou diferentes subculturas políticas existentes no país. Para ele, essas subculturas se formam em relação aos grupos de idade, sexo, renda, trabalho etc., sobretudo se formam em relação aos níveis de escolarização.

Contudo, para Almond (1972) o processo de socialização política é importante na medida em que leva o indivíduo a possuir a cultura política formando atitudes com relação a objetos políticos. Esse processo é contínuo na vida do indivíduo e sua socialização pode acontecer de forma manifesta ou latente. É manifesta “quando envolve a comunicação aberta de informações, valores ou sentimentos referentes a objetos políticos” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 46). É latente à medida que as atitudes não políticas afetam as atitudes referentes a papéis e objetos similares no sistema político.

Entretanto, para uma maior difusão da cultura política, existem os agentes clássicos de socialização. O primeiro deles é a unidade familiar, estrutura em que o indivíduo se encontra bem cedo inserido e por meio da qual, em decorrência de sua experiência familiar, se tornará um indivíduo político ou não. Para que seja um indivíduo político, cabe à família educá-lo

com o espírito de participação, tomando juntos as decisões familiares. Caso contrário, o indivíduo torna-se um tanto distante em relação à política.

A estrutura escolar é o segundo agente importante para uma socialização política, a partir dos efeitos da transmissão manifesta do conhecimento político e da própria organização social escolar, as regras, o comportamento e a disciplina. Um estudo realizado em cinco nações revelou, que

[...] as pessoas escolarizadas eram mais conscientes da influência do governo sobre suas vidas, prestavam mais atenção à política, tinham mais informação sobre os processos políticos e manifestavam um grau mais elevado de competência política.” (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 47).

Assim, percebemos o quanto a escola desempenha um papel importante na formação de um ator político, logo a Universidade entra em questão.

Tomando por base esses agentes clássicos de socialização postulados por Almond; Powell Jr. (1972), procuramos perceber através do grau de escolaridade dos pais, o grau de interesse político atribuído a esses jovens. Pois, para os autores, tanto a estrutura familiar como a estrutura escolar são bases importantes para a formação de indivíduos politicamente atuantes na sociedade.

Tabela 2.9: Grau de escolaridade dos pais relacionado ao grau de interesse político

Grau de escolaridade	Grau de interesse político						Total
	Muito interessado		Pouco interessado		Não te interesse		
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	
Analfabeto(a)	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	100,00 %
Fund. incompleto	40,00%	30,77%	60,00%	61,54%	0,00%	7,69%	100,00 %
Fund. completo	42,86%	81,82%	57,14%	18,18%	0,00%	0,00%	100,00 %
Médio incompleto	55,56%	33,33%	44,44%	66,67%	0,00%	0,00%	100,00 %
Médio completo	39,13%	47,37%	60,87%	52,63%	0,00%	0,00%	100,00 %
Sup. incompleto	70,00%	30,00%	30,00%	70,00%	0,00%	0,00%	100,00 %
Sup. completo	50,00%	64,00%	50,00%	32,00%	0,00%	4,00%	100,00 %

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Podemos perceber que o interesse político existe e que ele tende a ser maior nas situações em que o grau de escolaridade dos pais dos alunos possui uma formação completa de escolaridade, ou seja, o nível de interesse do universitário aumenta à medida que aumenta o grau de escolaridade dos pais.

Amigos e empregos também são agentes de socialização política, tal socialização ocorre quando há uma integração de idéias e uma participação na vida coletiva. Um outro agente constitui-se nos meios de comunicação de massa, informando os fatos políticos e formando, a longo prazo, as opiniões dos indivíduos. Como mais um processo de socialização política, os autores apontam o contato direto com o sistema político: quando o indivíduo, ao procurar o partido político ou seu representante no governo, não se vê contemplado por tal sistema, acaba, pela experiência pessoal, mudando ou formando sua consciência política.

Todos os processos de socialização apresentados acontecem de forma contínua, caso o sistema político seja estável.

O padrão de autoridade familiar, o relacionamento professor–aluno nas escolas, a interação de empregados, assim como os contatos diretos com o sistema político tendem a estabelecer e manter um determinado tipo ou padrão de orientação política (ALMOND; POWELL JR., 1972, p. 49).

Entretanto, em muitas sociedades, este processo se apresenta de maneira descontínua, criando uma insatisfação e conflito, levando a uma mudança do sistema. Mesmo assim, a cultura política está presente e os indivíduos em um grau maior ou menor fazem parte dessa cultura.

No sistema atual, os valores da democracia só podem estar presentes através de uma cultura política democrática, uma vez que ela, fazendo parte da vida dos cidadãos, leva-os a uma transformação dos valores políticos tradicionais. Para isso, é importante a formação de uma cultura democrática, isto é, o “(...) desenvolvimento de crenças e valores de adesão, lealdade e valorização do sistema democrático” (BAQUERO, 1997, p. 10), a fim de que os valores se estabilizem, como a igualdade diante da lei, o respeito ao pensamento diferente, a oportunidade de intervenção das ações dos governos etc. Porém, como afirma Fernandes (1999, p.24),

Construir uma democracia é um processo extremamente difícil, pois a pluralidade de objetivos presentes na sociedade faz com que necessariamente as contradições entre as práticas e os discursos venham à tona, colocando muitas vezes em dúvida os próprios valores democráticos.

Desta forma, percebemos o quanto é difícil estabelecer valores dentro da cultura política e o quanto esta é dinâmica.

O estudo sobre cultura política foi sistematizado por Almond na perspectiva de implementação de uma análise da política comparada a partir de pesquisas. Neste sentido, apresentamos algumas de suas contribuições que serviram de ponto de partida para o entendimento da importância da cultura política para manter a estabilidade democrática.

Existem várias críticas a respeito das análises apontadas por Almond em relação a sua percepção da cultura política, sobretudo em relação a sua metodologia que tem a cultura

política como uma variável independente de qualquer outro valor. Por tal modelo de análise, sua teoria recebe críticas ao exercer um determinismo cultural (STREET, 1993; PUTNAM, 1996; MOISÉS, 1995).

Autores como Putnam (1996) defendem uma abordagem dos estudos da cultura política como um instrumento analítico, que serve para desenvolver pesquisas em relação a crenças, valores e identidades dos grupos existentes na sociedade.

Aprofundando um pouco mais, em relação à importância da cultura política para a construção de uma cultura democrática, Dahl (1997) vem corroborar para a percepção sobre os caminhos possíveis para a obtenção de uma democracia duradoura.

Este último tem a cultura política como importante para realizar uma leitura dos acontecimentos políticos. No entanto, também tece críticas aos estudos sobre cultura política por muitas vezes se concentrarem “(...) em visões estáveis e persistentes, produzida pela socialização, num sistema de crenças vigentes; com isso, a investigação da cultura política pode facilmente negligenciar fontes de mudanças nas crenças” (DAHL, 1997, p.159). Para ele, as crenças políticas são dinâmicas e estão presentes em outras circunstâncias das apresentadas por Almond, não negligenciando o período de socialização precoce iniciado desde a infância, porém, “seria errado supor, certamente, que as crenças políticas são inteiramente formadas e cristalizadas, sem possibilidade de mudanças, depois de terminado o período inicial da socialização dos jovens” (DAHL, 1977, p. 160). Desta maneira, o autor cria um rol de momentos em que a cultura política traria uma formação de crenças políticas. Esses momentos são chamados por ele de “períodos de receptividades”.

Esses períodos são desenvolvidos pela exposição, prestígio, coerências com as crenças e as experiências anteriores. A “exposição” é a intensidade em que uma pessoa fica exposta às crenças que são transmitidas a ela durante a juventude, seja pela igreja, amigos, família, escola, e, evidentemente pela universidade. No entanto, a aquisição da crença política acaba

por encontrar apoio caso o “prestígio” de tais crenças tenha legitimidade, valor para o interlocutor. Neste sentido o intelectual, enquanto especialista e estudioso, possui um local de destaque para a validação de determinadas crenças, pois acaba dando qualidade, prestígio a certas crenças políticas. Portanto, podemos perceber que a universidade é, por excelência, um espaço de aquisição de crenças, já que é uma instituição que procura através de seu ensino, pesquisa e extensão fazer com que o aluno tenha uma sistematização de teorias, idéias e crenças transmitidas pelos professores.

Uma vez em contato com novos credos e estes estando “coerentes” com as concepções atuais, acabam formando um canal de realidade, logo, de receptividade nas pessoas envolvidas neste processo de socialização política. As “experiências anteriores” são importantes para a credibilidade dos aspectos cognitivos da crença, já que a probabilidade da pessoa adotar determinada crença política aumenta quando essa crença é coerente com suas próprias experiências. Neste caso,

[...] fica evidente quão importante é a cultura em que o indivíduo é criado, pois ele é condicionado a interpretar os acontecimentos de sua vida de uma determinada maneira. O que a pessoa vivencia é configurado parcialmente por sua própria cultura; assim, pessoas de culturas diferentes podem vivenciar o ‘mesmo’ acontecimento de maneiras muito diferentes. (DAHL, 1997, p.167).

Percebemos então, que os momentos de mudança ou reafirmação de crenças e valores em relação à política são adquiridos de uma maneira dinâmica, pois nem todos pensam igual, superando a determinação de períodos politicamente corretos.

Dahl, assegura que

[...] nenhuma pessoa ponderada nega a relevância das crenças para a ação. As crenças guiam à ação não só porque influenciam ou dão corpo aos valores e metas mais distantes de alguém [...] mas também porque as crenças estruturam nossos pressupostos sobre a realidade, sobre o caráter do passado e do presente, nossas expectativas sobre o futuro, nossa

compreensão de ‘cosmos’ e ‘porquês’ da ação: em suma, nosso ‘conhecimento.’ (DAHL, 1997, p.128).

Desta forma, o autor se apresenta como um teórico que acredita na importância da crença, no valor, para se obter e sustentar um regime político, no caso, o democrático. Vale ressaltar que, quando Dahl faz referência à crença capaz de levar a uma ação, ele está pensando nos ativistas políticos, ou seja, pessoas mais envolvidas na ação política, ele está tratando de crenças nas camadas politicamente atuantes. Porém, utilizamos suas referências para examinar o pressuposto da pesquisa, isto é, se a universidade corrobora para a criação e manutenção de uma cultura política democrática, transformando os universitários em atores políticos. Uma vez que, “(...) a probabilidade de que alguém tenha um conjunto complexo de crenças política inter-relacionadas aumenta com seu nível de educação e com seu interesse e envolvimento na política” (DAHL, 1997, p.130). Assim, podemos pensar a universidade como uma instituição capaz de transmitir esse conhecimento e envolvimento.

No entanto, perguntamos aos jovens universitários em quem eles confiam, pois o papel da confiança é indispensável para a sustentação de um regime democrático. Afinal a confiança “(...) predispõe à aceitação de padrões e valores ao surgimento das atitudes em relação àquele (a) em quem se confia” (NAZZARI, 2006, p105). Daí a importância da confiança pra se pensar em uma sociedade cada vez mais democratizada.

Tabela 2.10: Confiança

	Sim	Mais ou menos	Pouco
Democracia	27,27%	48,05%	24,68%
Políticos	2,67%	21,33%	76,00%
Pessoas	22,78%	59,49%	17,72%
Partidos	1,35%	24,32%	74,32%
Militares	4,17%	26,39%	69,44%
Religião	34,21%	28,95%	36,84%
Judiciário	5,26%	44,74%	50,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Segundo a tabela 2.10 podemos perceber que a diferença percentual entre religião e democracia não é tão categorial, no entanto, não deixa de retratar que falta ainda uma cultura mais democrática na universidade pública, uma vez que, a confiança na religião sobrepõe à confiança na democracia. Incompreensível para um espaço laico.

Contudo, para que a crença sustente um regime democrático é preciso interiorização de algumas premissas, tais como a crença na legitimidade das instituições democráticas, o papel da eficácia, da confiança e da cooperação.

Instituições que proporcionem e protejam oportunidades e direitos democráticos essenciais são necessárias à democracia: não simplesmente na qualidade de condição logicamente necessária, mas de condição empiricamente necessária para a democracia existir. (DAHL, 2001, p.63).

Dessa forma, o autor sustenta a importância de se ater na validade das instituições. No limite, o funcionamento das mesmas faz com que a democracia ganhe força.

A crença na eficácia governamental é fruto de uma socialização política, além de ser derivada de uma percepção do andamento do regime vigente. Conforme a direção em que está caminhando, o governo busca a eficácia e com ela o prestígio dos padrões de autoridade. Caso o governo não alcance tal eficácia, o desprestígio se faz presente, afetando os padrões de

autoridade. O papel da confiança, como já foi posto, é fundamental para o andamento da democracia e para a contestação pública. A confiança deve acontecer de maneira mútua, com um fluxo de comunicação viável, de forma que promova uma certeza entre os seus partícipes. Caso contrário, a hegemonia tende a prevalecer. O papel da cooperação está ligado à questão do conflito, da competição e estas questões são produtivas para a aquisição de crenças e, por conseguinte, fortalecimento do regime democrático, pois o funcionamento da democracia exige a visibilidade de eleições, partidos e parlamentos, e esses sempre estão em cooperação e competição. O conflito passa a cooperar para o funcionamento do regime.

Assim, “fatores determinantes das crenças” têm como consequência “crenças políticas”, estas, por sua vez, levam à “ações políticas” que afetam a probabilidade dos “regimes”. Esse esquema de Dahl (1997) valoriza grandemente a importância da crença para uma ação política, afetando diretamente o regime estabelecido, pois o tipo de crença que possuímos, influenciará no tipo de ação a ser defendida.

Postas algumas idéias de Dahl, em relação à importância da cultura política para a manutenção de um sistema político democrático, vamos tratar de seu principal conceito, a democracia. Este conceito é norteador dessa pesquisa.

Dahl (2001) afirma que a democracia é permeada por uma confusão por referir-se, ao mesmo tempo, a um ideal e a uma realidade, a julgamentos de valor e julgamentos empíricos. Isso permite uma lacuna entre a democracia ideal e a democracia real. Os ideais gregos de participação direta e política para o bem comum ainda hoje estão muito impregnados em nossa concepção de democracia, entretanto, vivemos uma outra realidade onde a aplicação literal de tais ideais, dado toda a expansão geográfica e o crescimento populacional, não permite mais a aplicação de tal modelo. Assim, a democracia, no sentido clássico da palavra, é para Dahl um sistema ideal. O que temos hoje nos regimes políticos existentes são formas de democracia, que o autor denomina de poliarquia.

As poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente (mas incompletamente) democratizadas, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública (DAHL, 1997, p.31).

Desta forma, “a estratégia básica de Dahl é preservar a palavra democracia para o ‘sistema ideal’ e usar a palavra ‘poliarquia’ como sua aproximação no mundo real” (SARTORI, 1994, p. 211).

Pensando na construção de Dahl, perguntamos aos universitários se eles concordam que hoje nós vivemos em uma política verdadeiramente democrática. Apenas 1,19% dos universitários afirmaram viver nessa democracia e 27,38%, às vezes. Os universitários parecem estar impregnados pela idéia da democracia clássica, pois 71,43% afirmaram não viver em uma política verdadeiramente democrática. Na tabela 2.11 os entrevistados apresentam os motivos que os levam a tal posição.

Tabela 2.11: Motivos que levam os alunos a não acreditarem que vivemos uma política verdadeiramente democrática

Decisão do povo não é respeitada, a vontade da maioria não prevalece	40,00%
O voto é instrumento de dominação	7,50%
Só o voto é democrático, o resto não	2,50%
Não há representatividade por parte do governo	17,50%
As informações são manipuladas	10,00%
Não há informação, nem todos são informados pelos acontecimentos	5,00%
Desigualdade social e racial	17,50%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Percebemos que, mais uma vez, a idéia da democracia clássica permeia a concepção dos universitários em relação à democracia, pois 40,00% dos universitários acreditam que a decisão e a vontade do povo não são respeitadas. No entanto, a democracia representativa contemporânea está em vigor e funcionando. As eleições (momento este em que vontade do povo, através do voto, é respeitada) evidenciam isto.

Perguntamos aos universitários qual o significado que eles dão à democracia, as porcentagens mais expressivas se dividem em opiniões que envolvem a democracia participativa (31,18%) e a democracia representativa (26,88%), como mostra a tabela 2.12.

Tabela 2.12: Significado da Democracia *

	Total
Conceito de Dahl (poliarquia)	1,06%
Manipulação de poder	3,23%
Cidadania	11,83%
Participação popular no governo	31,18%
Formação intelectual	1,08%
Oportunidades e direitos iguais	9,68%
Descentralização administrativa	1,08%
Representação popular do povo	8,60%
Liberdade de escolhas e de expressão	26,88%
Poder político do povo (governo do povo)	2,15%
Prevalece a opinião da maioria	3,23%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

(*) Respostas elaboradas pelos universitários, uma vez que, a questão não contava com alternativas pré-estabelecidas.

Podemos perceber que a democracia para esses universitários está mais relacionada a democracia participativa.

No entanto para que aconteça a democratização da poliarquia é imprescindível à contestação pública (liberalização), bem como a participação (inclusão). Ou seja, a poliarquia toma novos rumos na modernidade. Assim, o regime democrático moderno se desenvolve em grande escala, país ou estado-nação, diferencia-se da poliarquia, as democracias representativas com sufrágio restrito, as práticas democráticas em unidades pequenas e as antigas repúblicas.

Para uma poliarquia existir, é preciso, segundo Dahl, de um sistema político dotado de instituições democráticas, daí a importância de pensarmos na universidade pública enquanto tal, para a promoção de valores que viabilizem sua manutenção entre nós. Dentre as inúmeras condições levantadas pelo autor para obtermos uma poliarquia, pois para ele é um método político e daí a necessidade de arranjos institucionais para mantê-la, destacamos a importância nas “crenças” e na “confiança nos outros”, o que nos leva a pensar em instituições legítimas, soluções de problemas, relações políticas altamente competitivas e cooperativas. Dados esses responsáveis pela cultura política já apresentada anteriormente como relevante para a sustentação da democracia, para a formação de pessoas e grupos comprometidos em uma ação política democrática.

Dahl não deixa de lado a questão econômica que também é condição favorável à poliarquia. Dessa maneira, afirma que a democracia existe tanto nos países desenvolvidos, como em países subdesenvolvidos, porém, a competição e a inclusão política nos países desenvolvidos são mais evidentes, diferentemente da realidade dos países subdesenvolvidos que apresentam dificuldades para a estabilização democrática.

Os estudiosos adeptos da teoria da escolha racional, a qual ganhou força sobretudo na década de 70, atêm-se à questão econômica como o principal meio para se obter uma estabilidade política. Para eles, é através da economia que se faz um balanço preciso do patamar da democracia. Dessa forma, afirmam que os “(...) fatores econômicos e

institucionais são suficientes para gerar uma explicação convincente da dinâmica das democracias sem que seja necessário recorrer à cultura” (PRZEWORSKI, 2003, p.10).

Essas abordagens são mais voltadas para o desempenho da economia na política em que o apoio ao regime acontece justamente pelo desempenho, e o indivíduo apóia ou não o governo se achar que para ele vale a pena. A instituição política é central nesta perspectiva não os atores políticos. Assim, do ponto de vista da escolha racional “(...) a democracia emergiria e se manteria de modo independente da cultura” (PRZEWORSKI, 2003, p. 20).

Figueiredo (1991) na busca de uma compreensão do que leva as pessoas a participarem das eleições com seus votos, elabora um quadro teórico o qual perpassa questões do comportamento dos eleitores tendo em vista as teorias sociológicas e psicológicas. No entanto, a visão econômica em conjunto com a teoria da Escolha Racional, é para o autor, fundamental para se entender esse comportamento. Assim, afirma que

[...] as condições da luta política eleitoral são suficientes para explicar os resultados eleitorais, não sendo, pois, necessário apelar para nenhuma teoria acerca do estado social ou mental dos indivíduos para explicar suas decisões de participar ou não desse processo. (FIGUEIREDO, 1991, p.191).

O ato de votar estaria ligado essencialmente a um cálculo de custo e benefício, a um incentivo econômico compensatório. A questão econômica é para o autor a motivação para ação política. Porém, na construção de seus argumentos em relação à instrumentalidade do voto, uma prévia formação da preferência eleitoral é consentida como um ponto de explicação ao comportamento do eleitor, já que as preferências são constituídas antes do voto, assim, “após estabelecer suas preferências, os eleitores procederão a um ‘cálculo’ e decidirão se participam e em quem votam” (FIGUEIREDO, 1991, p.153). Essas preferências, estando ligadas a questões subjetivas e à formação de identidades sociais e políticas, acabam por atribuir às questões culturais uma relevância que não deve ser descartada.

Os valores econômicos são relevantes para a ação política, pois sabemos que apresentam uma probabilidade para a manutenção da poliarquia, bem como para uma maior política competitiva. Assim,

as chances de um país desenvolver-se e manter um regime político competitivo (e, mais ainda, uma poliarquia) dependem da medida com que a sociedade e a economia do país (a) fornecem alfabetização, educação e comunicação; (b) criem uma ordem social mais pluralista do que centralmente dominada; (c) impeçam desigualdades extremas entre as camadas politicamente relevantes do país. (DAHL, 1997, p.85)

Porém, podemos perceber que a questão da economia não é algo que se sustente independentemente de seu corpo de cidadãos, da percepção da sociedade, seja pela educação, seja pela cultura. Portanto, a visão da teoria da escolha racional apresenta apenas parte do fenômeno.

Rose (2002), em busca de uma ampliação para uma perspectiva de análise mais abrangente sobre cultura e política, afirma que, as teorias de socialização e a do desempenho não são antagônicas, mas, sim, complementares. E que “embora os pontos de vista da socialização e do desempenho sejam defendidos com tenacidade, a distinção teórica entre eles é exagerada” (p. 25). Assim, o autor apresenta um modelo que reúne tais complementaridades entre a visão cultural e o desempenho. Sendo este, o modelo de “aprendizagem em toda a vida”. A integração das teorias anteriores é sistematizada no modelo de aprendizagem em toda a vida

[...] no qual o apoio ao regime é formado inicialmente pelas primeiras experiências e depois evolui continuamente ao longo da vida adulta, enquanto as crenças iniciais são reforçadas ou contestadas por experiências posteriores. Os valores e as atitudes políticas podem ser relativamente estáveis no curto prazo e determinadas inicialmente pelas experiências de formação. Porém, a longo prazo, as atitudes em relação as instituições políticas e sociais podem mudar consideravelmente em reação a experiências mais recentes e avaliações de desempenho. (ROSE, 2002, p.26).

A contribuição de tal modelo analítico é válida por não se fechar em apenas uma única causa explicativa como capaz de sustentar o regime político, mas por se abrir a uma multiplicidade de influências, sejam essas sociais, econômicas e/ou políticas.

Com as discussões apresentadas, cabe-nos agora compreender qual o papel da participação na democracia. Houve, segundo Sartori (1994), uma bifurcação das teorias democráticas nos anos 40; essa divisão ocorreu entre as chamadas teorias contemporâneas da democracia e a democracia participativa. A primeira, de caráter empírico, traz definições descritivas da democracia, ao passo que a segunda, de caráter normativo, faz referências aos ideais e valores da democracia. Nesse sentido, a questão da participação é vista de diferentes percepções pelas teorias democráticas.

Almond (1972), com toda a tipologia já apresentada nesta seção sobre orientação para ação política, tais como sujeito político, participante, paroquial etc., além dos processos de *outputs* e *inputs*, colaborou para o entendimento de participação, que, para ele, acontece tendo em vista o entendimento individual da estrutura política, sobretudo a partir de experiências do processo de socialização.

Porém, atentaremos-nos às divisões sobre a participação nas teorias democráticas ainda não apresentadas. Tais divisões ficaram claras a partir do momento em que Schumpeter (1984) enquadrou o conceito da teoria clássica de democracia para assim formular sua teoria democrática. O intuito de seu enquadramento era examinar as deficiências existentes na teoria clássica. A deficiência encontrada aponta para a questão da participação.

Schumpeter define sua teoria democrática como um método democrático sendo este o “(...) acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população” (SCHUMPETER, 1984, p. 336). Percebe-se assim, que o autor não tem a democracia como um bem comum, como uma “vontade de todos os indivíduos razoáveis” de opinar de maneira

racional, mas sim, que esta se compõe de uma presença de líderes altamente capacitados que disputam eleitoralmente o poder. Seu método democrático visa à disputa entre os líderes pelo voto dos eleitores.

[...] democracia não significa e não pode significar que o povo realmente governe, em qualquer sentido mais óbvio dos termos ‘povo’ e ‘governo’. Democracia significa apenas que o povo tem oportunidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas para governá-lo [...] cabendo [...] a livre competição entre líderes potenciais pelo voto do eleitorado. (SCHUMPETER, 1984, p.355).

Assim, a participação do povo está relacionada com a escolha de seus líderes através do voto para manter a máquina eleitoral, sendo que para Schumpeter, a vontade do povo não deixa de ser baseada em sua própria realidade, em sua família, em seus interesses particulares. O âmbito político não é a esfera de interesses reais do cidadão comum. Daí a necessidade de se obter líderes. Pateman (1992, p.13) aponta que o vital na participação para Schumpeter “(...) é a competição dos que potencialmente tomam as decisões pelo voto do povo”. Sendo assim, a competição é o elemento democrático essencial em seu método político.

Este tipo de democracia é também definido por Sartori (1994) como “democracia eleitoral” onde “(...) o povo não governa a si mesmo, mas elege representantes que o governa” (p.156).

Tanto Dahl como Schumpeter têm a democracia como um método político. Dahl (1997) levanta uma lista de arranjos institucionais para o bom funcionamento da democracia, sendo um desses arranjos o processo eleitoral, conseqüentemente a competição é também para ele um de seus elementos democráticos. Embora Dahl defenda a teoria competitiva, procura promover a democracia, já Schumpeter quer somente entender o funcionamento desta.

A participação para Dahl acontece tendo como foco central as eleições e tudo que as envolve, ou seja, a representação dos eleitos, a liberdade de expressão, as autonomias para as associações, as informações alternativas etc. A dificuldade de manter a participação esta

relacionada à questão territorial, pois, quanto menor a unidade territorial maior é a potencialidade de participação do cidadão, quanto maior a unidade territorial maior é a necessidade dos cidadãos delegarem as decisões a representantes. Não resta dúvida que esta última é a realidade da política contemporânea tanto que Dahl chega a afirmar que “a única solução viável, embora bastante imperfeita, é que os cidadãos elejam seus funcionários mais importantes e os mantenham mais ou menos responsáveis por meio das eleições, descartando-os nas eleições seguintes” (DAHL, 2001, p.107)

Dessa forma, podemos perceber que igualdade política é diferente de poder ou controle político. A primeira diz respeito à existência do sufrágio universal e a segunda à oportunidade nos processos “intereleitorais”, diferentemente da teoria participativa, em que a igualdade política refere-se a igualdade de poder político nas decisões tomadas.

Dahl, ao buscar sustentação para o sistema poliárquico, estabelece pré-requisitos sociais como o consenso e respeito às normas políticas, sobretudo dos líderes. Sabendo que, para obter esse consenso é preciso um treinamento social e este se efetivaria quando “(...) desenvolvesse atitudes individuais para apoiar as normas democráticas” (PATEMAN, 1992, p.20). Esse treinamento acontece através das instituições de socialização, como a família, a escola, a igreja, os meios de comunicação etc., anteriormente apresentados.

Dahl entende a participação do homem comum de forma deliberativa como perigosa à estabilidade do sistema democrático, pois para ele a tendência do povo é ter uma personalidade autoritária cabendo à deliberação do poder a uma minoria, à elite política. Entretanto, nos deixa claro quais os caminhos para obter uma formação propícia à participação, seja ela através dos períodos de receptividade, da educação ou da condição sócio-econômica. Para ele,

[...] sempre que o corpo de cidadãos for grande, as chances de uma participação extensiva e de um alto grau de contestação pública dependem,

em certa medida, da disseminação de leituras, escritura, alfabetização, educação e jornais ou equivalentes. (DAHL, 1997, p.85).

A idéia de ampliação da participação presente no próprio conceito de poliarquia de Dahl é a possibilidade de mudança na composição de lideranças políticas através das eleições.

Sartori (1994), defensor da mesma linha de pensamento da teoria contemporânea da democracia, defende Schumpeter e Dahl das críticas de que são elitistas, dada as suas referências de participação, afirmando que “o defeito letal do construto participativista não percebeu que a democracia dos antigos não é a democracia dos modernos” (SARTORI, 1994, p.216).

Fica evidente que, em contrapartida à teoria contemporânea da democracia está a teoria participativa. Rousseau é a expressão máxima desta corrente por ser um teórico, por excelência, da participação. A participação para Rousseau equivale a decisões, deliberações do povo “(...) quando o povo, suficientemente informado, delibera. Não tivessem os cidadãos qualquer comunicação entre si, do grande número de pequenas diferenças resultaria sempre a vontade geral e a deliberação seria sempre boa” (ROUSSEAU, 1983, p.47). As deliberações vêm de encontro à proteção dos interesses privados, sobretudo com a intenção de se obter um bom governo.

Para Rousseau, o sistema político participativo equivaleria a um equilíbrio econômico entre os membros que o compõem, os grupos não seriam organizados. No entanto, estes deveriam ser numerosos e de igual poder político. A participação possui um caráter de controle, além de ser amplamente educativa. Os homens criam a suas próprias leis e lógicas de serem governados. Assim, “(...) o povo submetido às leis, deve ser o seu autor” (ROUSSEAU, 1983, p. 55).

Nesta mesma linha de pensamento, encontramos Cole (1920) que afirma que o indivíduo é “(...) mais livre onde ele coopera com seus iguais na feitura das leis” (COLE, 1920, p.12 apud PATEMAN, 1992, p.53). Assim, percebemos que a participação, também

para este autor, está ligada à regulamentação de suas próprias associações. Para Cole, a presença do governo representativo nessas associações é problemática, pois

[...] cometeu o engano de se pressupor que o indivíduo pode ser representado como um todo e para todos os propósitos, em vez de ser representado em relação a algumas funções bem definidas (...) [e que] ao escolher seu representante, o homem comum, de acordo com esta teoria, não tem outra opção exceto deixar que outros o governem.” (COLE, 1920, p.114 apud PATEMAN, 1992, p.54).

Muitos são os seguidores desses pensamentos de Rousseau, porém há variações em relação a suas formas de ponderar, como, por exemplo, Mill (1981) que tem a participação relacionada com a questão da representação. Uma elite instruída estaria apta a representar o povo, cabendo a este interessar-se pela discussão política de seus representantes. A participação seria um auxílio no acolhimento das decisões, já que, uma condição para obter a participação é que o “(...) povo tenha vontade e a capacidade de cumprir os deveres e exercer as funções que lhe impõe este governo” (MILL, 1981, p.39).

Na teoria participativa há uma visão consensual da participação enquanto uma função educativa, o que garantiria uma dinâmica à política. A participação na esfera local é destacada como um princípio que impulsiona e prepara para uma intervenção mais abrangente. “Como Mill, Cole sustentava que seria apenas pela participação a nível local e em associações locais que o indivíduo poderia ‘aprender democracia’” (PATEMAN, 1992, p.55).

Neste sentido, a universidade pública, como uma instituição preparatória para o exercício da democracia, tem um papel importante nesse espaço local, de vivências e aprendizagens.

O papel que a universidade tem para com os jovens enquanto um espaço de formação de valores democráticos pode ser constado na tabela a seguir. Para a maioria dos jovens a universidade tem contribuído para sua formação política.

Tabela 2.13: A universidade contribui para sua formação política?

Sim	66,67%
Não	1,15%
Pouco	22,99%
Às vezes	9,20%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Pateman realça o papel da educação superior como um espaço de amadurecimento para a participação, corroborando com a nossa hipótese.

As reivindicações mais urgentes por uma maior participação nos últimos anos têm se originado dos estudantes, e, com toda certeza, tais demandas são bastante relevantes para o nosso argumento geral. No que concerne à introdução de um sistema participativo em instituições de educação superior é suficiente notar aqui que, se os argumentos para conceder ao jovem trabalhador a oportunidade de participar no local de trabalho são convincentes, então há um bom motivo para conceder ao seu equivalente, o estudante, oportunidades similares; ambos são os cidadãos amadurecidos do futuro. (PATEMAN, 1992, p.144).

Todavia, são as indústrias que centralizam as preocupações desses autores, como lugares especiais de preparação para a participação política. Nas indústrias acontece o treinamento social, pois esta é a “(...) área onde o indivíduo poderia ganhar experiências na administração dos assuntos da coletividade, exatamente como ele poderia fazer no governo local” (PATEMAN, 1992, p.49).

Para que haja essa socialização é necessário que os funcionários tenham conhecimento, informações e experiências necessárias para fundamentar suas decisões. Dessa

forma, postulamos que para atuar de forma democrática no sistema é preciso ter conhecimento e crenças no sistema político.

A idéia de preparação de indivíduos participantes dentro das indústrias para uma atuação política posterior está centrada na organização dos mesmos, sobretudo nos comandos de decisão. Os funcionários com oportunidade de igualdade de decisão estão mais propícios a serem participantes de forma “plena”. Essa forma de participação consiste “(...) num processo no qual cada membro isolado do corpo deliberativo tem igual poder de determinar o resultado final das decisões” (PATEMAN, 1992, p.98). Já aqueles que não possuem o poder de decisão, têm sua participação considerada “parcial”.

De maneira geral, podemos perceber as diferenças existentes entre as teorias democráticas, sobretudo em relação à participação, pois na teoria participativa, o termo “participação” refere-se à “(...) igualdade na tomada de decisões, e ‘igualdade política’ refere-se à igualdade de poder na determinação das conseqüências das decisões. Uma definição bastante diferente daquela fornecida pela teoria contemporânea”. (PATEMAN, 1992, p.62). Já na teoria contemporânea a “(...) participação, no que diz respeito à maioria, constitui a participação na escolha daqueles que tomam as decisões” (PATEMAN, 1992, p.25).

Pateman se posiciona em relação às teorias democráticas, tanto a participativa quanto a contemporânea e tece críticas aos teóricos da democracia contemporânea por terem como positivo a apatia, a não participação do homem comum. A autora vai contra a corrente que diz que a participação do povo é perigosa. Ela acredita que “(...) ainda podemos dispor de uma teoria da democracia moderna, viável, que conserve como ponto central a noção de participação”. (PATEMAN, 1992, p.147).

Porém, é importante entendermos a questão da participação centrando-nos nas idéias de apatia e alienação para superarmos o saudosismo de ideais. Postulamos também que a participação é algo que dá vigor à manutenção da democracia, contudo, a participação efetiva

do povo em geral é algo distante da realidade. Sartori (1994) vai dizer que “(...) pecamos por confundir fato com legitimidade e, em princípio, por termos tirado o conteúdo valorativo de uma questão valorativa” (p.230).

Kerstenetzky (2003) faz revisão da literatura sobre apatia e participação política que em muito contribui em nosso tratamento sobre participação.

Nos anos 60 e 70, a apatia política era tanto por Dahl como por Almond e Verba, uma “benigna irracionalidade” que contribuía em muito para o benefício da democracia, pois “(...) estaria paralisada se todos os cidadãos fossem acometidos de compulsão participatória” (KERSTENETZKY, 2003, p.133).

Com um caráter normativo, a reflexão dos anos 80 e 90 vê a apatia política como uma razão desigual de oportunidade de participação, não como uma reação peculiar a cada pessoa, mas sim pelas condições objetivas da sociedade contemporânea. Um dos exemplos apresentados por Kerstenetzky, diz respeito a um trabalho empírico de Bennett (1986) que certifica que

enquanto o comparecimento para votar – indicador convencional de participação política – cai, o mesmo não acontece com ‘atenção a assuntos públicos’, medida por uma série de indicadores engenhosos, reforçando a tese de que haverá alienação não apatia. Trata-se, portanto, de ‘exclusão política não desinteresse. (KERSTENETZKY, 2003, p.133).

Essa nova visão sobre apatia política, faz com que o conceito seja percebido de dois ângulos, assim Kerstenetzky ressalta a diferenciação entre “apatia de responsabilidade individual” e “apatia de responsabilidade não individual”. A primeira trata da livre escolha dos cidadãos, principalmente dos bens informados, em relação a segunda, em que a responsabilidade é das práticas institucionais, da estrutura social etc. Dessa forma, a apatia aparece como uma responsabilidade pessoal e a alienação como “(...) ‘responsabilidade’ de estruturas e práticas, e relações de poder” (KERSTENETZKY, 2003, p.133).

A literatura dos anos 90 tem a apatia política como um erro de percepção do discurso sobre participação, pois a apatia seria uma “escolha libertária”, um direito, ainda que apolítico, seria, sobretudo uma opção. A não participação seria assim uma resposta ao sistema político e não deixaria de ser democrática.

Kerstenetzky trabalha com a hipótese de que, os processos decisórios estão de fato alienando cidadãos interessados em assuntos públicos e de governo ao subtrair-lhes o acesso às oportunidades efetivas de participação, nesse caso haveria alienação e não apatia. Trata-se da exclusão política e não do desinteresse.

Pensando em tais conceitos em relação aos jovens entrevistados e de como a presença da cultura política permeia suas percepções temos os universitários como alienados e não apáticos uma vez que, 82,35%¹² dos universitários vêm como importante a participação em alguma entidade estudantil, mas assim não o fazem como mostra a tabela 2.14.

Tabela 2.14: Você já participou de alguma entidade e (ou) reivindicação estudantil?

Sim	41,18%
Não	43,53
Já participei, não participo mais	15,53%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

O grau de interesse dos universitários em relação às questões políticas pode ser observado pelo hábito de leitura sobre estas questões. Dos entrevistados 61,63% afirmaram se interessar por essa literatura, o que indica que possuem de certo modo um conhecimento em

¹² Dados apresentados na p. 33.

relação às maneiras de participação, mas nem sempre estão dispostos a participarem das questões da universidade. (Ver tabela 2.1, p. 41)

O entendimento do papel da mídia, como agente de socialização política dos jovens universitários também foi contemplado por esta pesquisa, conforme análises desenvolvidas nas seções a seguir.

4 Mídia e Política: teoria e percepção dos jovens universitários

Temos como objetivo geral nesta seção perceber como acontece a inter-relação entre os meios de comunicação e a política, sobretudo em regimes democráticos representativos, bem como entender quais as suas conseqüências e seus limites na construção de uma cultura política democrática. O objetivo mais pontual consiste em averiguar a percepção dos universitários frente a presença da mídia, se esta colabora enquanto um meio de socialização política, ou seja, como um espaço de formação política ou se a mídia é vista como um espaço de deformação e de enquadramento de opiniões. Para isso, analisaremos alguns dados da pesquisa referentes à percepção dos universitários diante da mídia.

Com as considerações postas, cabe-nos apresentar as mudanças com as quais a política tem lidado ao estar em contato com a mídia. Há autores que percebem essas mudanças como algo negativo ao andamento da política, outros têm essas mudanças como um processo irremediável, cabendo a política usufruir dos benefícios dos meios de comunicação.

Habermas (1984), fundamentado nos ideais deliberacionistas, afirma que a esfera pública está intrinsecamente ligada à opinião pública, o que permite um debate político mais exaustivo e democrático para a tomada de decisões. A analogia à *Ágora Grega*, como um espaço público de discussão política, permeia sua visão em relação a maneira como deve ser conduzida a política.

No entanto, ao analisar de modo racional a presença da mídia na política, o autor afirma que houve uma mudança estrutural na esfera pública. No lugar da *Assembléia política*, espaço de excelência da esfera pública, temos hoje os meios de comunicação de massa (*mass media*). Com uma visão um tanto determinista, afirma que houve uma colonização da esfera pública, perdendo seu *lócus* para o mercado sofrendo assim uma despolitização. Conseqüentemente, houve uma transformação da cultura em bens de consumo, logo, o

controle da opinião pública estaria sendo agendado segundo os interesses dos meios de comunicação de massa.

A ação comunicativa que deveria ocorrer dentro do Estado, entre os atores políticos, através de argumentos e discussões racionais, perde espaço para um racionalismo instrumental, ou seja, um falso racionalismo preocupado com os meios e não com os fins, o que para Habermas acaba por distanciar os representantes dos representados, pois pela estratégia comunicativa a ação comunicativa soa como uma forma artificial, deixando aos espectadores a idéia de que a política é desinteressante.

Adorno, em sua célebre obra *Dialética do Esclarecimento* (1985), lança críticas à sociedade moderna, ao pensamento iluminista e à ciência pela falsa promessa de trazer esclarecimento e liberdade ao homem moderno. Porém, com uma visão endurecida, acaba por se deparar com um esclarecimento nominalista, positivista, fundamentado sobretudo em uma razão instrumental. Neste sentido, cunha o conceito Indústria Cultural onde a cultura de massa, produzida em escala industrial, configura em uma mercadoria do sistema capitalista. As notícias e as propagandas políticas também acabam transformando-se em mercadorias.

As novas tecnologias acabam por massificar as notícias que deveriam servir para colocar em evidência as discussões dos temas públicos. Como as notícias passam a possuir valor econômico, é preciso fazer com que elas sejam agradáveis ou chamem a atenção do espectador, pois o que está em voga para os meios de comunicação de massa é a audiência, o que significa que o debate público muitas vezes é enquadrado segundo a percepção dos meios de comunicação, rotulando discursos políticos para conseguir audiência. Assim, há uma perda substantiva do conteúdo e dos valores da política.

Adorno (1995), preocupado com a centralidade dos meios de comunicação de massa, principalmente da televisão como uma forma de compreensão da realidade, em nosso caso a realidade política, afirma que

[...] é possível referir-se a televisão enquanto ela se coloca diretamente a serviço da formação cultural, ou seja, enquanto por seu intermédio se objetivam fins pedagógicos (porém) existe uma espécie de função formativa ou deformativa operada pela televisão como um tal em relação à consciência das pessoas.” (ADORNO, 1995, p. 76).

Para Adorno, a idéia de deformação e divulgação de ideologias como um ocultamento da realidade, está presente quando se trata dos conteúdos transmitidos pela televisão. Pois, mesmo parecendo algo real, os programas apresentados pela tevê, não deixam de ser técnicos e produzidos. Há sempre a presença dos bastidores, o que quer dizer que as propagandas políticas, bem como os discursos e tudo mais que é apresentado pela televisão são construções ideológicas. A resistência, para Adorno, diante de tais enquadramentos realizados pela mídia, é justamente perceber a irrealidade apresentada, desmistificando, assim, a ideologia, já que tem os espectadores em sua maior parte como consumidores passivos de informações.

Já para Thompson (1995), a recepção dessas informações transmitidas pelos meios de comunicação de massa não acontece de maneira passiva, embora acredite que a mídia, por não ser um canal neutro, acaba afetando as percepções de seu público. Porém, afetar não significa determinar. Neste sentido, o autor entende a audiência de maneira ativa, onde o receptor usa de sua capacidade de pensar, de selecionar, para formular suas próprias concepções. Para ele, as informações transmitidas pela comunicação de massa têm como impacto a expansão do conhecimento, além de reorganizar e reconstituir a interação social, pois altera a relação tempo e espaço, restabelece as fronteiras entre a vida pública e a vida privada, possibilita maneiras novas e eficientes de comunicação e ocasiona diferentes ações, ou seja, diferentes respostas dadas pelos receptores.

A presença dos meios de comunicação, permeando a política, é significativa para o andamento de uma democracia representativa, pois apresenta uma série de questões a serem discutidas pelos eleitores, principalmente nos períodos que antecedem as eleições. Mas, as

informações noticiadas por esses meios de comunicação se apresentam com pouco conteúdo e a ênfase, geralmente dada aos assuntos políticos, centram-se nos dramas e conflitos, deixando para trás questões mais relevantes.

Uma maior intensificação dessa relação surgiu com o aparecimento da televisão, por ser um veículo de comunicação fácil de ser adquirido e, por trazer à tona informações atualizadas dos acontecimentos. Sendo assim, a televisão se tornou um meio de comunicação privilegiado, por onde o cidadão comum faz sua leitura sobre os acontecimentos políticos e governamentais. A televisão é também o principal meio de comunicação pelo qual os universitários acompanham o processo eleitoral. Como mostra a tabela a seguir.

Tabela 3.1: Qual o meio de comunicação pelo qual você costuma acompanhar o processo eleitoral?

TV	73,47%
Jornal	14,29%
Rádio	4,08%
Internet	8,16%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Como podemos perceber, a TV é a principal fonte de leitura sobre os acontecimentos políticos desses alunos. O Rádio, percussor da mídia de massa, pela facilidade de aquisição e pela narrativa que atinge a grande população se instalou no Brasil nos anos 30, fortalecendo-se nos anos posteriores, e sendo utilizado pelos partidos políticos como um meio revolucionário de realização de campanhas políticas. No entanto, com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, como por exemplo, a Internet, pelo menos neste universo pesquisado, o rádio passa a ser o meio de comunicação menos utilizado como fonte de leitura política.

A TV além de ser o principal meio de comunicação pelo qual os alunos recebem informações sobre política, sobressai-se para além do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral¹³, pois a frequência de acompanhamento dos programas televisivos é expressiva. É o que mostra a tabela a seguir.

Tabela 3.2: Frequência com a qual assiste TV

Diariamente	36,59%
Fim de semana	19,51%
Não assisto	4,88%
Sempre que eu posso	39,02%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Apenas 4,88% dos universitários dizem não assistir TV, o que reforça a importância desse meio de comunicação como fonte de informação. As identificações com os programas apresentados pela TV vão desde programas de entretenimento como as telenovelas com 4,92% até programas mais informativos como os documentários com 47,54%. Porém, podemos perceber que os programas de mais identificação dos universitários são mais informativos do que os de entretenimento.

¹³ O HGPE no rádio e na TV foi criado no Brasil nos anos 70 e tem como principal característica a gratuidade. A gratuidade é válida e se consolidou no nível do rádio e da TV, restando à imprensa escrita (jornais e revistas) a cobrança de tais propagandas. O HGPE são programas transmitidos pelo rádio e TV, durante os dois meses que antecedem as eleições. A sua forma se compõe de dois programas diários, um diurno e outro noturno, “(...) de 100 minutos nas eleições gerais (Presidente, Governadores, Senadores, Deputado Federal e Deputado Estadual) divididos em dois blocos de 50 minutos, e de 60 minutos nas eleições para Prefeito e Vereadores.” (JARDIM, p.66, 2002).

Tabela 3.3: Com qual programa de TV você mais se identifica?

Telenovelas	4,92%
Telejornais	29,51%
Programas humorísticos	6,56%
Documentários	47,54%
Outros	11,48%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Para Kucinski (2002, p.45) isto acontece, porque

[...] num país de cultura ainda predominantemente oral, é a televisão que massifica a agenda, por meio dos recursos da sincronia, da unificação da linguagem e da emoção. Para isso, servem todos os seus programas e formatos, desde o Jornal Nacional até a novela.

Para Swanson (1995) com a presença da mídia nos processos políticos “(...) la incorporación de nuevas estrategias centradas en los medios en la política y el gobierno constituyen un proceso, y no un acontecimiento” (p.5). Notamos que a chegada dos veículos de comunicação de massa, como a televisão, não é apenas mais um evento, mas sim um processo histórico com tendências irreversíveis. Como resultado, surge um novo campo de estudo, o da comunicação política que, recentemente reconhecido pela academia, constitui-se em uma interdisciplinaridade procurando superar as fronteiras das tradicionais disciplinas acadêmicas.

Porém, o que nos cabe aqui apreender das várias vertentes da comunicação política é a questão da democracia centrada nos meio de comunicação, ou seja, as modificações que as instituições políticas, os procedimentos políticos e os governos estão passando para se adaptarem a essa nova realidade midiática.

Swanson (1995) afirma que, a televisão como um meio de comunicação de massa atinge o público como uma fonte principal de informação política, e por sua abrangência acaba por configurar-se como responsável pela formação da opinião pública, intermediando as relações entre o governo e os governados. Como consequência de tal processo, é crescente uma cultura profissional jornalística em detrimento de uma cultura política, pois, “(...) hoy en día podemos detectar una profución de cultura professional periodística que suple la cultura política que antes predominaba en la información en muchos países (p.13).

As consequências da democracia centrada nos meios de comunicação acabam por alterar as relações entre os partidos e governos, o mesmo ocorrendo entre os partidos e a sociedade civil. Nessa nova realidade, a maior visibilidade está nas imagens e não nas idéias e nos programas políticos, havendo uma personificação da política. A atração dos eleitores não necessariamente passa pela instância de um partido, mas sim por personagens. O jogo entre os jornalistas e os políticos se situa pela disputa, pelo controle da agenda.

Tendo em mente a questão da personificação política, distinguimos alguns fatores, bem como o grau de prioridade que os alunos atribuem em relação à escolha de seu candidato.

Tabela 3.4: Você escolhe um candidato pelo

Fatores	1°	2°	3°	4°	5°	6°
Partidos políticos	55,35%	31,91%	10,64%	2,13%	0%	0%
Qualidades pessoais	65,85%	21,95%	7,32%	4,88%	0%	0%
Plataforma política	70,59%	11,76%	17,65%	0%	0%	0%
Aparência	0%	0%	0%	0%	33,33%	66,67%
Facilidade de expressão	30,00%	20,00%	20,00%	30,00%	0%	0%
Visibilidade na TV	0%	0%	0%	25,00%	50,00%	25,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

A forma de escolha de um candidato mais citada pela maioria dos universitários foi a da plataforma política (70,59%), o que indica, de certa maneira, que os universitários se apresentam com uma formação política para além da personificação política. Porém, se averiguarmos mais atentamente podemos perceber que a opção referente as qualidades pessoais dos candidatos (65,85%), sobrepõe-se a escolha de um partido político (55,35%), o que nos permite afirmar que a personificação política também está presente na escolha desses alunos ao selecionarem seus candidatos.

Os governos se adequam a essa modernização, adaptando seu discurso político de outrora para o discurso midiático. Utilizam cada vez mais os profissionais do marketing, pois

la necesidad de utilizar los médios de comunicación para mantener el apoyo de los electores se convierte en una prioridad diaria e implacable del gobierno, y los estrategas y expertos que pueden proporcionar asesoramiento referido a los médios pueden hacerse cada vez más poderosos. (SWANSON, 1995, p.16).

Entretanto, os governos fazem jus a essa presença midiática, usando a mídia a seu favor, procurando dar maior visibilidade ao seu governo, apresentando seus trabalhos e adquirindo assim créditos junto aos eleitores. Para Kucinski (2002), que analisou os principais meios de comunicação no Brasil, tanto impresso como radiofônico e televisivo, “os vários meios de comunicação de massa têm atuado com notável sintonia em apoio às mesmas políticas econômicas das classes dominantes e têm reagido do mesmo modo aos diferentes incidentes de percurso da política” (KUCINSKI, 2002, p.40).

Este autor afirma que a mídia é tão presente na política que muitas vezes os políticos possuem concessões desses meios de comunicação como moeda de troca política. Um exemplo lembrado é do senador Sarney que possui 35 das 57 emissoras de rádio e televisão do estado do Maranhão. Portanto, ser dono de emissora nem sempre é sinônimo de eleição ganha. No entanto, as elites dominantes estão cientes do valor estratégico da mídia.

Porém, o inverso também é verdadeiro, o que nos permite falar sobre os antagonismos da democracia centrada nos meios de comunicação, sobretudo dos procedimentos governamentais com o jornalismo profissional. O que é noticiado pela mídia nem sempre é efetivado com a mesma rapidez com que foi apresentado, havendo assim, uma distância temporal para a efetivação da proposta política. Um outro ponto desse antagonismo vem a ser os esforços parlamentares que muitas vezes são vistos como um empenho particular do parlamentar em benefício próprio. Por isto, as

Contradicciones sugieren que los procesos esenciales de gobierno democrático no se adaptan bien a las expectativas y recompensas de la democracia centrada en los medios. Las tensiones entre las formas parlamentares y la política centrada en los medios pueden conducir a unas consecuencias indeseables. (SWANSON, 1995, p.23).

A decepção do eleitorado frente às questões políticas é uma dessas consequências.

O entrecruzamento entre a mídia e o sistema político democrático é conceituado por Donsbach (1995) como “mediocracia”, por ser um “(...) indicador terminológico del cambio tan dramático que há experimentado la relación entre la política y los medios de comunicación a lo largo de las últimas décadas” (p.41).

Donsbach (1995) compartilha dos argumentos de Swanson (1995) em relação às conseqüências da ligação da mídia com a política, no que se refere à sobreposição dos candidatos ao partido e o apoio ao candidato, não mais por suas idéias, mas pela sua imagem. Compartilham ainda a idéia de que há uma influência dos jornalistas ao noticiarem sobre questões políticas, por muitas vezes, estarem condicionados pelos seus próprios valores e ideologias.

A televisão é um meio que traz para perto do homem comum preocupações políticas, o que contribui para o andamento da democracia (Donsbach, 1995). No entanto, este autor afirma que essas preocupações se perdem, pois é a audiência e não a transmissão correta da política que está em questão. Há uma seleção de notícias a serem veiculadas, o que acaba por dar ênfase aos acontecimentos políticos, segundo os critérios escolhidos pela mídia.

Numa democracia, os meios de comunicação têm que levantar um debate de idéias para os cidadãos formularem suas próprias opiniões a respeito da política. Para tanto, é necessário uma pluralidade por parte do sistema de informação, sobretudo, do pluralismo interno onde “(...) cada médio informativo intenta mostrar correctamente todos los puntos de vista políticos e sociales relevantes” (DONSBACH, 1995, p.52). Pois, para o autor, uma vez inseridos na mediocracia, utilizaremos sempre das informações dos meios de comunicação para a obtenção de nossas próprias conclusões. Daí a importância de uma pluralidade de informações.

Segundo Kucinski (2002) “o não-pluralismo tornou-se, assim, um traço dominante na cobertura e no debate, pela mídia brasileira, de assuntos considerados estratégicos pelas elites

dominantes” (p.40). Prova disto é a construção de um consenso realizado via TV, principalmente pelo sistema Globo. Assim,

o sistema Globo é um dos maiores conglomerados de mídia do mundo é a única rede com domínio hegemônico da audiência numa sociedade de grande porte e formalmente democrática. Apenas nos regimes totalitários existem domínios de audiência por uma única rede comparáveis aos da Globo. (KUCINSKI, 2002, p.44).

A questão da pluralidade de informações para Thompson (1995), também é um tema que tem que estar no centro das discussões quando tratamos de poderes como a mídia e a política. O autor tem a comunicação de massa como uma instituição que está entre o mercado e o Estado. Justamente por esta posição, atribui à comunicação a responsabilidade de exercer o pluralismo regulado. A idéia é de obter uma pluralidade de instituições na mídia com uma independência nas diferentes esferas da comunicação de massa. Sendo assim, “(...) as instituições da mídia devem ocupar um espaço entre a atuação desenfreada das forças de mercado, de uma parte, e o controle direto exercido pelo estado, de outra” (THOMPSON, 1995, p.323). O que daria ao princípio do pluralismo regulado um espaço maior para ação.

A comunicação de massa institucionalizada acaba por produzir bens simbólicos que circulam também entre o domínio público, bastando apenas os meios técnicos para adquiri-los. Assim, os governos podem fazer uso destes recursos em benefício de suas políticas. Tanto que, “hoje o gerenciamento da visibilidade é amplamente reconhecido como um aspecto fundamental da política institucionalizada” (THOMPSON, 1995, p.322). Porém, essa mesma visibilidade proporcionada pela mídia para a política pode ser antagônica. Ao mesmo tempo em que beneficia a política, acaba por personalizar os problemas e líderes políticos, assim sendo, de acordo com a ação do líder diferentes reações são despertadas, inclusive as de reprovação de políticas.

Matos (2006) afirma que “é possível pensar a comunicação sem a política. No entanto, não há política sem comunicação” (p.03). Neste sentido, afirma que a presença da mediatização da política está presente tanto na realidade do candidato como de seus eleitores. O candidato se utiliza de recursos do marketing, faz uso da mídia televisiva envolvendo-se assim nesse fenômeno da mediatização. Já os eleitores, correlacionam a mídias aos processos eleitorais, além de criarem expectativas quanto ao uso dessas técnicas nas campanhas eleitorais.

O marketing é tão importante nas eleições brasileiras que chega a ter mais investimento do que as eleições americanas, modelo de sociedade de sistema democrático representativo. A hipótese de Silva (2002, p.11) é

[...] que esse poder de marketing político não é tão absoluto como muitos supõem, que seu efeito corruptor no processo eleitoral não é necessariamente maior nem pior do que o de outras práticas realizadas no passado (e ainda atualmente) e que o cidadão eleitor não é tão manipulável pelas técnicas de propaganda política quanto parece ser presa fácil (e não o é necessariamente) das de publicidade comercial.

Assim, coloca o valor do ganho de um pleito, não só nas propagandas eleitorais, mas também nas propostas formuladas pelos candidatos e no bom senso dos eleitores. Para exemplificar sua hipótese relembra a campanha eleitoral de Collor de Melo à presidência em 1989, que para o autor, não foi uma pura construção midiática, tendo correspondência com a vontade do eleitorado.

Não há dúvida de que esses produtos de marketing contribuíram grandemente para a eventual vitória de Collor. No entanto, se as propostas do então governador de Alagoas não tivessem correspondido às expectativas do grosso do eleitorado, ele poderia ter aparecido dezenas de vezes mais na TV sem que isso resultasse em ganho eleitoral. (SILVA, 2002, p.14).

Assim sendo, acredita, que “o mundo da política é muito mais complexo do que a teoria segundo a qual marketing é uma atividade mágica que decide eleições” (SILVA, 2002, p.16), continuando

transformar uma discussão política em telenovela, programa jornalístico fictício ou anúncio pode acabar em chanchada, retirar toda a credibilidade da mensagem; portanto, para uma apresentação das idéias de governo do candidato, talvez a melhor alternativa ainda seja o velho discurso, ainda que acompanhado de acessório visuais que o tornem mais atraente, menos cansativo. (SILVA, 2002,p.28).

Ao tratar sobre o governo representativo Manin (1995), introduz na discussão, conceitos importantes, que nos permitem visualizar com mais nitidez a relação entre a mídia e a política na contemporaneidade. O autor, ao estudar as “metamorfozes do governo representativo”, principalmente as mudanças na representação política a partir do século XIX na Europa, acaba por identificar distinções da representação de outrora para a contemporânea, dada a presença dos meios de comunicação de massa.

As mudanças estão relacionadas à democracia de partido, ou seja, à identificação partidária, à confiança entre os eleitores e os partidos e à apresentação de programas dos partidos políticos, como parâmetros para escolha eleitoral. Atualmente o voto é “reativo”, isto é, flutuante de eleição em eleição em que o eleitor não vota mais arraigado por um ideal partidário, a agenda do voto é contingencial. Os candidatos e partidos se centram mais nas imagens do que nas idéias, havendo uma personificação dos líderes políticos como comunicadores e a profissionalização do político, além da influência de pesquisas de opinião.

Por essa realidade Manin (1995) afirma que presenciamos uma democracia do público, onde “(...) o voto ainda é uma expressão do eleitorado, mas sua dimensão reativa se torna mais importante e visível. Isso explica porque o eleitorado se apresenta, antes de tudo, como

um público que reage aos termos propostos no palco da política” (MANIN, 1995, p.28). Já que a democracia do público se apresenta como um espetáculo, onde as imagens se sobrepõem às idéias e os líderes políticos são transformados em personagens, a relação entre os governantes e os governados tem como analogia a idéia de atores e platéias. Assim posta, a democracia perde enquanto discussão racional em sobreposição à apresentação de imagens com pouco conteúdo, pois transcende para a mídia uma discussão de ordem política.

Os efeitos da comunicação devem ser pauta para um maior entendimento do papel que a mídia exerce na política contemporânea. Desta forma, cabe entender a estratégia da notícia enquanto uma forma de conhecimento transmitido pela mídia, bem como os seus enquadramentos aos acontecimentos políticos.

Para Park (2002), há diferentes tipos de conhecimento: os conhecimentos do dia-a-dia, produto de uma interação social e o conhecimento racional, regulamentado, sistematizado adquiridos da filosofia, história, enfim, um conhecimento mais científico. A notícia é para o autor a forma de conhecimento transmitido pela comunicação. Contudo, a preocupação da notícia é com o presente, o efêmero, o transitório, acabando por movimentar a preocupação do público segundo seus próprios enfoques. Já que,

o conhecimento atinge o público não enquanto uma forma de percepção, como no caso dos indivíduos, mas sob a forma de comunicação, ou seja, notícias. No entanto, a atenção do público, em condições normais, é flutuante, instável e facilmente desviável. (PARK, 2002, p.40)

Entretanto, Park tem a notícia como uma fusão do conhecimento intuitivo do dia-a-dia com o conhecimento científico mais aprimorado, cabendo à notícia orientar o homem e a sociedade na contemporaneidade. A relação entre notícia e política se estreita quando a política faz uso de maneira instrumental das notícias, principalmente ao conduzir as discussões em relação à formação da opinião pública.

As notícias são criadas e recriadas para Tuchman (2002), tendo como base os contextos culturais, pois não existem acontecimentos únicos, mas sim versões de acontecimentos, o que dá uma parcialidade às notícias. Neste sentido, os enquadramentos existem, por certo na relação da mídia com a política. De acordo com Azevedo (2001, p.187)

ao selecionar acontecimentos, personagens, avaliar e criticar idéias e comportamentos ou simplesmente transmitir notícias, a mídia termina configurando temas e hierarquizando questões ao mesmo tempo em que produz enquadramentos favoráveis ou desfavoráveis.

Uma vez que a mídia enquadra à política construindo uma representação da realidade, de tal forma que a agenda delimita o tema a ser pensado. Com isto posto, dentre as várias teorias da comunicação que destaca a centralidade dos meios de comunicação de massa nos regimes democráticos atuais, o pressuposto teórico da *agenda setting* é o que mais nos interessa no momento.

O modelo explicativo da agenda de temas (*agenda setting*) foi inicialmente constituído por Mc Combs e Shaw (1962), sendo aplicado em sua pesquisa durante as eleições presidenciais norte-americanas de 1968, o que corroborou com um toque inicial a respeito da existência de um recorte, de enquadramentos dados pelos meios de comunicação de massa nas campanhas eleitorais, ou seja, na política. Sua pesquisa, que contou com cem eleitores indecisos diante do pleito, acabou por revelar que os enquadramentos apresentados pela mídia como importantes, no final da campanha também eram os mais importantes para esses eleitores. O que quer dizer que a mídia ao efetuar esses enquadramentos, acaba por conduzir os eleitores a possuir certas percepções que são definidas *a priori* pela própria mídia.

O conceito de *agenda setting* permitiu abarcar novos componentes que constituem o processo de agendamento, como a agenda midiática, a agenda pública e a agenda das políticas governamentais. Entretanto, a agenda midiática ou jornalística acaba por querer determinar os

enquadramentos de outras esferas com as quais nem sempre tem competência para fazê-la. O que constitui um problema, pois a agenda midiática ao querer comandar a agenda pública, por exemplo, em uma campanha eleitoral acaba sendo inadequada, uma vez que os valores da política são diferentes dos valores do jornalismo. Assim, “(...) a agenda pública promovida pelo jornalismo é um meio inadequado para nele se apoiar uma escolha política” (PATTERSON, 2002, p.81).

Contudo, Traquina (2001) afirma que existem estudos que apontam que a agenda midiática e a agenda pública se sobrepõem uma à outra. Entretanto, o efeito da agenda midiática sobre a agenda pública é, por certo, imediata e direta, fazendo com que haja uma disputa nos enfoques, nas construções das agendas. O fato é que “(...) o modo como as questões são enquadradas impõe uma agenda de atributos que tanto pode afetar o que pensar quanto o como pensar” (TRAQUINA, 2001, p.41).

Desta forma, há uma necessidade de pensar o papel que o jornalista exerce ao construir as notícias, já que possui uma cultura profissional própria, uma linguagem, um simbolismo e ideologia particular, são “(...) guiados pelas oportunidades de notícia e não por valores políticos” (PATTERSON, 2002, p.82).

O problema está justamente quando os jornalistas assumem o papel das instituições políticas. Visto que,

as instituições políticas são guiadas pela força constante e regular da tradição e dos interesses dos constituintes. Têm como incentivo - ganhar e exercer o poder – para dar voz aos valores da sociedade. O jornalismo não tem esse propósito. O objetivo é produzir boas ‘estórias’. (PATTERSON, 2002, p.82).

Os destaques políticos noticiados pelos jornalistas centram-se na apresentação do efêmero, nas controvérsias, nos conflitos, enfim faz da política um espetáculo. Deste modo,

“o jornalista frequentemente ‘despolitiza’ as questões, tratando-as mais como rituais políticos do que como objetos dignos de sério debate” (LEVY, 1981 apud PATTERSON, 2002, p.87).

Patterson (2002) diz que os jornalistas com “bom senso” são indispensáveis para a existência das democracias, pois agindo como um “cão de guarda” salvaguardariam os abusos de poder das instituições. Porém, nos moldes em questão o

[...] jornalismo pode ‘envenenar o poço’, enfraquecendo o vínculo de confiança entre os líderes e os que são liderados, abalando uma condição essencial para a existência de um verdadeiro sistema democrático. (PATTERSON, 2002, p.91).

Nas eleições (momento crucial na legitimação de governo democrático) a presença da mídia é uma realidade, fazendo com que ocorram também mudanças nas práticas e nos métodos de campanha.

Há particularidades em cada país, e em regiões em que as eleições vêm ocorrendo, porém, existem práticas em comum permeando as mudanças nas campanhas eleitorais. O que permite Mancini (1996) apontar como hipótese dessas práticas comum a “americanização” do pleito, com “(...) candidatos, partidos políticos e mídia tomando o exemplo de sua contraparte nos Estados Unidos” (MANCINI, 1996, p.3). O “fazer campanha” mudou para um “fazer campanha” semelhante à norte-americana.

Ao levantar o termo americanização, Mancini (1996) não coloca em pauta o imperialismo cultural, ou seja, a visão de sobreposição da cultura americana para os demais países, mas sim, a exportação de instrumentos de campanha que vão sendo apreendidas e adaptadas às realidades de cada país. O que quer dizer, que a americanização está relacionada à modernização. Pois, quanto “mais avançado esteja o processo de modernização em um país, mais provável será encontramos inovações em campanhas sendo adotadas e adaptadas” (MANCINI, 1996, p.6).

Diante da complexidade social frente à modernização, há um aumento da competição seja pela aglutinação de interesses, com uma formação de subsistemas competitivos em um âmbito mais estrutural, seja com a quebra de identidades do cidadão diante do aumento da diferenciação social, âmbito mais simbólico. Desta maneira, “as democracias contemporâneas são marcadas pelo crescente número de grupos e organizações que agem para fazer avançar os seus interesses e as suas crescentes competições por recursos públicos e capital social” (MANCINI, 1996, p.8). O que permite espaço para que estruturas como as da comunicação de massa exerçam uma intermediação entre o sistema político e o cidadão.

A democracia, enquanto uma forma de competição, é apresentada por Dahl (1997) como poliarquia, em que há disputas de vários grupos para obter poder político. Assim, Mancini (1996) afirma que na disputa que a poliarquia permite, a mídia passa a ser um agente de socialização política, o qual antes era centralizado no partido político.

Neste sentido, averiguamos junto aos universitários qual a sua importância atribuída em relação à campanha eleitoral realizada pela mídia quanto à definição do resultado eleitoral.

Tabela 3.5: A campanha eleitoral da mídia pode ser definidora de resultados?

Sim	79,76%
Não	2,38%
Às vezes	14,29%
Raramente	3,57%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

A tabela 3.5 é significativa em relação à afirmação categórica dos alunos frente o papel da campanha eleitoral realizada pela mídia, como definidora de resultados, pois apenas 2,38% dos alunos dizem assim não ser. Desta maneira, questionamos em relação aos seus

votos, se estes foram efetuados tendo como parâmetro as propagandas eleitorais, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 3.6: Você já votou tendo como parâmetro as propagandas eleitorais?

Sim	35,30%
Não	42,35%
Algumas vezes	22,35%
Total	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Embora 42,35% dos universitários afirmem não terem votado tendo como parâmetro as propagandas eleitorais, percebemos que, se somadas as afirmações “sim” e “algumas vezes” a porcentagem de universitários votantes motivados pelas propagandas chegam a quase 60%. O que nos permite concluir que o efeito da mídia é uma realidade na formação do voto desses alunos. Porém, não é único, pois a tabela 3.7 aponta que o voto tendo como apoio a propaganda eleitoral, é mais freqüente nos primeiros anos do curso (43,59%) do que nos últimos (27,03%). Desta forma, percebemos o papel da universidade na formação desses alunos, pois os alunos concluintes se apresentam menos propícios a influencia da mídia na decisão de seus votos.

Tabela 3.7: Votou tendo como parâmetro a propaganda eleitoral relacionado com o ano do curso

Votou tendo como parâmetro a propaganda eleitoral	Ano do curso		
	1º e 2º ano	3º, 4º e 5º ano	Total
Sim	43,59%	27,03%	35,53%
Não	35,90%	48,65%	42,11%
Algumas vezes	20,51%	24,32%	22,37%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Pesquisa Universidade Pública e Cultura Política, 2005.

Almond (1972) também entende os meios de comunicação de massa como um espaço importante de socialização política. Já que através dos veículos de comunicação pode ocorrer a padronização de uma cultura política democrática. Almond tem os meios de comunicação como um canal que o povo possui para a visualização das ações da elite para, assim, exercer um controle razoável sobre elas. Neste sentido, a elite tem o conhecimento dessas demandas e tem a possibilidade de perceber as reações ocasionadas pelas suas ações governamentais. Mas, segundo Almond e Powell Jr. (1972, p.113), os meios de comunicação de massa não bastam para se obter uma cultura política democrática já que

apesar da força positiva dos meios nacionais de comunicação de massa, o desenvolvimento de uma cultura política estável e unificada dependerá em alto grau das direções seguidas pelas intervenientes estruturas de comunicação dos partidos, grupos de interesses e líderes de opinião, que atingem o cidadão num sentido mais imediato.

Mancini (1996) afirma que nesta fase da poliarquia em que a comunicação de massa é um poder em competição, ocorrem algumas mudanças significativas nas instituições e práticas da política democrática. A mídia tende a exercer funções políticas.

Uma dessas mudanças diz respeito aos partidos políticos que, com a necessidade de ganhar mais representação, acabam por abarcar diferentes grupos, interesses e ideologias em um único partido, cujo objetivo “(...) é de conseguir consenso político no momento da eleição” (MANCINI, 1996, p.9). O que permite aos políticos uma transição de partidos conforme seus interesses nas eleições. Enfim, um maior poder aos candidatos é sobressaltado em relação ao partido político, havendo assim uma personalização da política.

Na personalização da política, as características pessoais dos políticos sobressaem-se sobre seu principal papel, isto é, governar. A relação se locomove de partido/eleitor para candidato/eleitor. O líder carismático (Weber) usando de suas qualidades pessoais e emocionais se encaixa perfeitamente à lógica expositiva da comunicação de massa. Há um enfraquecimento dos laços de confiança e da ideologia do aparato partidário. Com isso, Mancini (1996) afirma que o partido político vem perdendo o prestígio de produtor de cultura política, dando espaço a múltiplas estruturas, como por exemplo, a mídia.

A televisão é, para o autor, neste sentido, peça-chave para entender essas novas configurações já que é através da televisão que os vínculos se constituem entre os cidadãos e os seus representantes. A televisão comercial é o principal motor a transformar a comunicação política e eleitoral. Já que há um aumento significativo de mensagens em circulação que “(...) los militantes y los simpatizantes se vem afectado por una miríade de noticias y de propuestas que incrementa las enciclopedias individuales y rompe la sedimentación precedente de conocimiento y creencias” (MANCINI, 1995, p.164). Bem como um aumento na capacidade de seleção, e um agendamento pelos meios de comunicação de massa, já que as exigências do mercado entram em cena.

Na transformação do discurso político para o discurso midiático, a fragmentação, é um outro ponto de mudança. A busca de notícias por eventos político também faz com que o político tenha preocupação em relação a sua gestão, permitindo uma maior visibilidade. O que

faz com que o político acabe criando uma dependência da mídia, isto é, os recursos técnicos e profissionais dos quais esta dispõe.

Com eleições e governos sendo transmitidos pela televisão, a principal forma de participação se desloca do envolvimento pessoal direto do eleitor para a posição de espectador (Mancini, 1996). A audiência passa a ser relevante, logo, a espetacularização da política entra em cena. Contudo, a audiência vem afirmar a tendência dos cidadãos a delegarem às “(...) redes complexas de estruturas intermediárias a responsabilidade da representação de seus interesses frente ao sistema político” (MANCINI, 1996, p.15).

Talvez haja a falta de uma cultura política mais amadurecida. O fato é que os agentes de socialização tradicionais, como a família, escola, amigos, partidos políticos etc. não são os únicos a criarem uma cultura política, pois na sociedade moderna a mídia passa a ser um importante agente de socialização política, visto que a participação dos cidadãos vem sendo pautada por índices de audiência midiática. Os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, são a fonte de referência aos acontecimentos políticos do cidadão comum.

Contudo, podemos concluir que a presença da mídia é uma realidade na vida política, cabendo aos partidos, aos governos e aos Estados se adaptarem a essa nova realidade, ajustando-se com uma maior eficiência possível. Os universitários também têm a mídia, sobretudo, a TV com um meio de obter informações a respeito da política. Porém, a sua formação não se restringe somente à propaganda pela mídia, sendo a universidade uma instância importante de aquisição de conhecimento político.

A democracia representativa precisa dos meios de comunicação como uma forma de canalizar sua dinâmica representativa. No entanto, a mídia deveria ser um instrumento a mais para contribuir para um debate político e não ser o principal protagonista no cenário político.

5 Considerações finais

Com o objetivo de analisar a Universidade Pública enquanto um espaço de socialização política, tendo como foco, o comportamento dos estudantes frente ao papel que a universidade exerce na consolidação de uma cultura política democrática, realizamos um trajeto teórico que procurou operacionalizar a dinâmica da pesquisa empírica. Nesse sentido, tivemos a universidade como princípio norteador e, através dela, averiguamos a percepção dos universitários diante da democracia e da mídia. Esses eixos ajudaram na busca de uma visão mais ampla do papel da universidade, tendo em mente a percepção de seus estudantes.

Com o referencial teórico concernente às questões de cultura política e socialização política, utilizamos num primeiro momento, para contextualizarmos a discussão, alguns autores como Almond (1972), por exemplo, que foi um pioneiro nos estudos sobre o comportamento do indivíduo em relação ao sistema político, bem como no entendimento do papel das crenças, das atitudes, dos valores políticos formados e compartilhados durante um longo processo de socialização política iniciado na infância.

Atualizamos a discussão ao trazermos à tona autores como Dahl (1997) e Rose (2002) que postulam teorias para além dos períodos clássicos de socialização política apresentados por Almond, como por exemplo, a “aprendizagem por toda a vida,” que retrata a multiplicidade de influências para aquisição de uma cultura política, sendo essas, as questões sociais, econômicas e políticas.

Porém, é com o conceito dos “períodos de receptividade” de Dahl (1997) que privilegiamos a atualização da discussão e pudemos perceber mais claramente a universidade enquanto uma instituição de socialização política.

Os referidos períodos de formação de crenças políticas, sendo desenvolvidos através da exposição e dos prestígios de crenças, bem como, pelas coerências e experiências, ou seja,

os momentos de mudanças ou reafirmação de crenças e valores em relação a política, estão presentes na universidade. Sendo que esta corrobora para a obtenção de crenças, pois é uma instituição que procura através do ensino, da pesquisa e da extensão fazer com que seus jovens universitários adquiram uma sistematização de teorias, de idéias e de valores transmitidos pelos professores.

Sabemos que a universidade é uma instituição social, assim sendo, reflete o tipo de sociedade de que faz parte. Nesse sentido, está intrinsecamente ligada à idéia de democracia e na busca constante pela autonomia, coloca-se como uma instituição válida a propagar sua adesão em benefício desse regime, além de formar profissionais e intelectuais para atuarem de maneira significativa na sociedade. Assim, conceituamos a universidade pública como um espaço socializador, seja de conhecimentos, de cultura, de experiências e vivências, tanto acadêmicas como políticas, pois, cabe a ela preparar cidadãos para atuarem na sociedade.

O nosso recorte de pesquisa foi realizado tendo como objeto um dos *campi* da UNESP. A FCL, com seus cursos de humanas, foi investigada. Partiu-se do pressuposto da existência da universidade como uma agência de socialização política. A FCL é composta, em sua maioria, por jovens universitários do interior do estado de São Paulo, sobretudo, do sexo feminino, cujos pais apresentam um bom nível de escolaridade. Como pudemos observar na tabela 1.2 (p.24) é alto o grau de escolaridade dos pais, corroborando com a teoria de que, quanto maior o grau de escolaridade maior o contato com a realidade política, pois ao cruzarmos os dados de escolaridade com os de interesse político, constatamos que é crescente o interesse político na medida em que aumenta o grau de escolaridade (Ver tabela 2.9, p.50). Os dados, apresentados, apontam que esses jovens têm a universidade como um espaço por excelência de interação intelectual. Percebemos, assim, que sua participação centra-se mais na busca pela formação intelectual, sendo estas, participações em conferências, simpósios e seminários. A participação política dos universitários, por exemplo, em organizações

estudantis é pequena, embora afirmem que o fato de estarem na universidade contribui para o aumento da participação política. Uma dessas formas de participação, segundo os jovens, é proveniente da extensão universitária, sendo esta uma oportunidade de prestação de serviços à sociedade. A forma de participação política mais praticada pelos alunos na universidade é a reivindicação através de abaixo assinados, como concluímos através dos dados presentes na tabela 1.8, p.34.

Existe uma busca por conhecimento político, ou de leituras seja através de programas televisivos. Em geral, os alunos se mostram interessados e de acordo com as reivindicações políticas que ocorrem dentro da universidade, mas, nem sempre estão dispostos a participar. Levando em consideração as orientações de Almond (1972) frente aos *inputs* e *outputs*, esses estudantes exercem o papel de “sujeitos”, pois tem uma consciência do sistema político e da importância de sua participação, porém não estão dispostos a participar. Já diante da distinção levantada por Kerstenetzky (2003) entre apatia e alienação, os alunos podem ser considerados como alienados e não apáticos, pois possuem a noção de sua responsabilidade individual, mas não participam efetivamente. O fato é que esses alunos dispõem de um conhecimento político e de participação.

Ao analisarmos a questão da participação levando em consideração o ano do curso, concluímos que esta, em atividades relacionadas à universidade, é maior nos primeiros anos sendo que a participação relacionada a atividades na sociedade se destaca nos últimos anos dos cursos. O que nos permite afirmar que a universidade corrobora enquanto um espaço de socialização político, preparando os jovens a atuar na sociedade, prova disso, é que 33,33% dos alunos afirmaram tomar conhecimento das atividades que beneficiam a sociedade através do contato com a universidade (Ver tabela 1.10, p.36).

Outra questão posta foi o papel da confiança, que é de grande importância para o referencial trabalhado, pois esta é um pressuposto para a consolidação, em nosso caso, da democracia.

O conceito de democracia, por nós adotado, caminhou no sentido nomeado por Dahl (1997) como poliarquia, ou seja, de uma concepção contemporânea de regimes políticos dotados de instituições democráticas imprescindivelmente competitiva e representativa. Tal conceito não encontrou muitas referências dentro da universidade, que percebe a democracia em uma vertente teórica mais participativa. O sentido da democracia está alicerçado no ideal clássico, daí a dificuldade de aceitação de que vivemos num país verdadeiramente democrático. No entanto, “a democracia está bem instalada no Brasil, com eleições periódicas e partidos políticos” (GIANNOTTI, 2007).

Em relação à confiança, depositada pelos universitários, a diferença percentual, embora pequena, sobrepõe a confiança na religião à confiança na democracia, isto quer dizer que a universidade tem que ir além das condições necessárias para consolidar a democracia precisa criar, condições reais para a sua existência (Tabela 2.10, p.55). A democracia não pode se limitar apenas em ser na universidade, mas também de ser da universidade (BUARQUE, 1994). Isto não quer dizer que não exista uma crença da democracia na universidade, o fato é que esta crença está muito relacionada a um ideário clássico de democracia.

Devemos lembrar que a universidade, como já foi retratada, é uma instituição social em concomitância com o tipo de sociedade que está inserida, e que o nível de confiança no Brasil, de uma maneira geral, é baixo, logo, a universidade não foge dessa realidade. O que não quer dizer que esses dados não poderiam ser diferentes.

A preocupação em discutir o papel da mídia, neste trabalho, foi no sentido de entender esse poder frente ao poder político, bem como seus entrecruzamentos, as conseqüências e os

limites frente à construção de uma cultura política democrática. Além disso, procuramos averiguar a percepção dos alunos frente à presença da mídia, se esta vem a ser um espaço de socialização, ou de deformação política.

Na seção IV, destacamos que a TV é hoje o principal meio de comunicação pelo qual os cidadãos comuns realizam sua leitura política. O mesmo concluímos em relação aos jovens universitários, que, majoritariamente, utilizam-se dessa fonte para obter tais informações.

Como já foi apontado, com a presença da mídia na política, ocorrem alterações no tratamento da última, há modificações nos discursos políticos, nas relações entre partidos e governo, na valorização das imagens; sobrepondo as idéias e projetos, ou seja, a personificação política. Além da disputa de agendas e do uso do marketing.

Essas mudanças são percebidas pelos alunos, que, diante de um rol de fatores para a escolha de seus candidatos, acabam atribuindo uma percentagem maior às qualidades pessoais dos candidatos em detrimento dos partidos políticos. No entanto, seu fator primeiro de escolha vem a ser a plataforma política do candidato, o que indica que os alunos se apresentam como uma formação política para além da personificação (Ver tabela 3.4, p.76).

Autores como Mancini (1996) e Almond (1972), afirmam que a mídia é um agente de socialização política. O primeiro tem a mídia como uma disputa de poder sendo uma fonte de cultura política frente ao partido político, e o segundo vê a mídia como um veículo de ligação entre o povo e a elite política, e vice-versa, podendo ocorrer uma padronização da cultura política. A mídia é, por certo, uma agência de socialização política.

Porém, o problema consiste no fato de a mídia querer exercer funções políticas. A democracia representativa precisa dos meios de comunicação de massa como uma forma de canalizar sua dinâmica representativa, no entanto, a mídia dever ser um instrumento e não o protagonista no cenário político.

Os universitários acreditam que a mídia pode ser definidora dos resultados eleitorais e, embora afirmem não sofrerem sua influência, a maioria deles relata que vota ou que já votou motivado pelas propagandas eleitorais. Essa influência da mídia foi constatada de maneira mais freqüente nos primeiros anos dos cursos, quando comparamos os alunos iniciantes com os concluintes, o que nos permitiu afirmar que, principalmente a TV tem um papel importante na informação política desses alunos, porém, a sua formação ultrapassa a propagada pela mídia, sendo a universidade uma importante instituição de aquisição e de conhecimento político.

Realizado esse percurso, motivado pela discussão teórica e pelos dados empíricos, retomemos a nossa hipótese que consistiu em averiguar a universidade como uma instância de construção e de socialização da cultura política democrática diante das possibilidades diferenciais de socialização política proporcionadas aos universitários. Essa hipótese pôde ser confirmada diante da percepção de seus alunos frente à noção da importância de sua participação na sociedade; do reconhecimento da universidade como um espaço de aprendizagem política, por ter a universidade como uma fonte de interação para as atividades que beneficiam a sociedade; por confiarem na democracia (embora com um sentimento idealizado); por estarem exercendo seu direito do voto, motivado mais pela sua formação acadêmica do que pela influência da mídia; e, enfim, por ser um espaço de discussão teórica e de aquisição de crenças.

Tais afirmações não bastam para uma afirmação categórica, mas abre caminhos para se pensar no papel da universidade no comportamento político dos alunos e nos valores democráticos que estamos construindo.

Para a democracia se consolidar é necessário existir instituições que promovam valores que viabilizem a sua manutenção, como faz a universidade pública. No entanto, é fato que a democratização da universidade pública deve ser uma constância.

Finalmente, expusemos os resultados da pesquisa, a qual contou com a apresentação de dados empíricos selecionados e com um referencial teórico que possibilitou uma percepção mais abrangente sobre o tema. É possível que novas pesquisas em torno deste tema, a partir de correntes teóricas que valorizam mais as questões econômicas e da racionalidade, entendam o papel da universidade na cultura dos jovens de um modo diferenciado.

Esperamos que, o presente trabalho contribua para pensar a universidade enquanto uma instituição democrática, que através de sua função de aprendizagem, tanto intelectual quanto política e por seu espaço de vivências, vem desempenhando um papel socializador de uma cultura política democrática, a ser consolidada.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Televisão e Formação. In: _____ **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.75-95.

ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALMOND, Gabriel A.; POWELL JR., B. **Uma teoria de política comparada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

AYERBE, L. F. A universidade pública no capitalismo do século XXI. **Jornal Unesp**, São Paulo, março, 2006. p.2.

AZEVEDO, F. A. Imprensa, cobertura eletrônica e objetividade: a eleição de 2000 na capital paulista. **Opinião Pública**, Campinas, v. VII, n. 2, p.186-204, 2001.

BAQUERO, M. **O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil** : Um estudo preliminar de socialização política. Porto Alegre: Evangraf, 1997.

BELLONI, I. Função da universidade: notas para reflexão. In: BRANDÃO, Z. et. al. **Universidade e educação**. Campinas: Papyrus, 1992. p. 71-78.

BOVO, J. M. **Impactos econômicos e financeiros da UNESP para os municípios**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J.F.A. A universidade pública no Brasil: identidade e projeto institucional em questão. In: _____ **Universidade e ruínas na república dos professores**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p.179-198.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

CHAUÍ, M. A universidade em ruínas. In: _____ **Universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p.211-222.
DAHL, R. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.

DAHL, R. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001.

DONSBACH, Wolfgang. Contenidos, utilización y efectos de la comunicación política. In: MUNÓZ--ALONSO, A.; ROSPIR, J. I **Comunicación Política**. Madrid, Ed. Universitas, 1995. p. 41-67.

FERNANDES, Â. V. M. **Entre o texto e o contexto**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.

FIGUEIREDO, M. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. São Paulo: Sumaré; ANPOCS, 1991.

GIANNOTTI, J. A. Política miúda. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 de jan. 2007, Caderno Mais, p.10.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativa populacional em 2005. Disponível em : <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 23. fev. 2007.

JARDIM, Márcia de Almeida. **O mapa da mídia eletrônica em eleições locais no Estado de São Paulo**.2002. Dissertação (Mestrado em...)- Instituto de filosofia e ciências humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

KERSTENETZKY, C. L. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 131-142, maio, 2003.

KINZO, M. D' . G. **Representação política e sistema eleitoral no Brasil**. São Paulo: Ed. Símbolos, 1980.

KUCINSKI, B. Mídia e democracia no Brasil. In: (org.) Krohling, M.M. ; Fischmann, R. (org.). **Mídia e tolerância: a ciência construindo caminhos de liberdade**. São Paulo: EDUSP, 2002. p.39-50.

MATOS, Heloísa. **Hibridização em comunicação eleitoral: Mídias, tecnologias e formas tradicionais de campanha**. In: Colóquio Internacional 2006 – Estado e Comunicação – Panorama Internacional, Brasília , 2006.

MANCINI, P.; SWANSON, D. L. **Politics, media and modern democracy: na international study of innovations in electoral campaigning and their consequences.** London: Praeger, 1996.

MANCINI, P. Americanización y modernización. In: MUNÓZ--ALONSO, A.; ROSPIR, J. I. (org.). **Comunicación Política.** Madrid, Editoriaial Universitas, 1995.

MANIN, B. **As metamorfoses do governo representativo.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Anpocs, São Paulo, n. 29, out. 1995.

MARCOVITCH, J. Eleições na universidade. In: _____ **Ensino Superior: conceito e dinâmica.** São Paulo: EDUSP, 2006.

MCCOMBS, M. E., SHAW. D. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly,** Chicago, n. 36, p.176-187, 1972.

MILL, J. S. **O governo representativo.** Brasília: Ed. UnB, 1981.

MOISÉS, J. Á. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio-política da legitimidade democrática.** São Paulo: Ática, 1995.

MOISÉS, J. Á. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. In: (org.)._____ ALBUQUERQUE. J. A. G. **Dilemas da consolidação democrática no Brasil** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MORAES, R. C. C. A universidade e seu espaço. In: _____ **Universidade no Brasil, 2002 - problemas e dilemas.** Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002. p. 31-43.

NAZZARI, R. K. **Juventude brasileira: capital social, cultura e socialização política.** Cascavel: Ed. UNIOESTE, 2006.

PARK, Robert. As notícias como uma forma de conhecimento: um capítulo na Sociologia do Conhecimento. In: PISSARA ESTEVES, J. (Org.). **Comunicação e Sociedade: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa.** Lisboa: Livros Horizontes, 2002, p.35-48.

PARSONS, T. **The social system.** New York: The Free Press, 1966.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PATTERSON, T. E. Serão os media noticiosos actores políticos eficazes? **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 27, p. 75-96, fev. 2002,

PRZEWORSKI, A; CHEIBUB, J. A.; LIMONGI, F. Democracia: uma visão não culturalista. **Lua Nova**, n. 58, 2003. p. 9-35.

PUTNAM, R. D. **Participação e democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ROSE, R. Medidas de democracia em *surveys*. **Opinião Pública**: revista do Cesop, Campinas, v. VIII, n.1, p. 1-29, 2003.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores)

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.

SCHMIDT, J. P. Idade, geração e socialização política. **Caderno de Ciência Política**, Porto Alegre, n. 5, p.52-67, 2000.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SILVA, C. E. L. **O marketing eleitoral**. São Paulo: Publifolha, 2002.

STREET, J. Review article: political culture – from civic culture to mass culture. **British Journal of Political Science**, United Kingdon, v.24, p.95-144, 1993.

SWANSON, D. L. El campo de la Comunicación Política – la democracia em los Médio. In: MUNÓZ--ALONSO, A.; ROSPIR, J. I. **Comunicación Política**. Madrid: Ed. Universitas, 1995. p. 3-24.

TOLEDO, C. N de. **Universidade, intelectuais e pensamento crítico**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo nos século XX**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2001.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**: Teoria Social Crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

TUCHMAN, G. As notícias como uma realidade construída. In: PISSARA ESTEVES (org.). **Comunicação e Sociedade**: os efeitos sociais dos meios de comunicação de massa. Lisboa: Livros Horizontes, 2002. p.91-104.

VAIDERGORN, J. **As seis irmãs**: FFCL do interior paulista. Araraquara: Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2003.

WANDERLEY, L. E. W. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WEBER, M. **Ciência e política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENEVIDES, M. V. de M. **A cidadania ativa**. São Paulo: Ática, 1998.

BORBA, J. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, Campinas, v. XI, n. 1, p.147-168, mar. 2005.

BRANDÃO, C.de S. **O processo de socialização política dos universitários**: a importância da Universidade e do movimento estudantil. Disponível em <www.anped.org.com.br/24/p0315005325563.doc> Acesso em 02/jun. /2005.

CAMINO, L.; LIMA, M. E. O.; TORRES, A. R. R. Ideologia e Espaço Político em Estudantes Universitários. In: LHULLIER, L.; CAMINO, L; SANDOVAL, S. (Org.). **Estudos sobre Comportamento Político**: teoria e pesquisa. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. p.87-105.

FAORO, R. **Os donos do poder**. Porto Alegre: Globo, 1976.

IANNI, O. O príncipe eletrônico. **Perspectivas**, São Paulo, n.22, p.11-29, 1999.

IZIQUE, C. O perfil partidário brasileiro, **Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 75, p.82-88, maio, 2002.

JAIRO, N. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

KERBAUY, M. T. M. **O eleitor e a adesão democrática** (relatório Fapesp). Araraquara, Relatório FAPESP, 2005. (Relatório não publicado)

KERBAUY, M. T. M. Transição democrática: a difícil construção da cidadania. **Revista Perspectiva**. São Paulo, v.22, 1999.

LAMOUNIER, B; MENEGUELLO, R. **Partido político e consolidação democrática**: o caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LIMA JUNIOR, Olavo B. **Instituições políticas democráticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LIMA JUNIOR., Olavo B. **Os partidos políticos brasileiros**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIMA, V. A. Propaganda política no rádio e na televisão. In: MATOS, Heloísa (Org). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Página Aberta, 1994. p.191-205.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, n. 55-56, p.155-184, 2002.

NOGUEIRA, M. A. **Em defesa da Política**. São Paulo: Senac, 2001.

PORTO, M. P. Dilemas da Racionalidade – o caso dos efeitos da Mídia no comportamento político. In: LHULLIER, L.; CAMINO, L; SANDOVAL, S. (Org.) **Estudos sobre Comportamento Político: teoria e pesquisa**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. p. 39-53.

RUBIN, A. C. Novas Configurações das Eleições na Idade Mídia. **Opinião Pública**, Campinas, v. VII, n. 2, p. 172-85, 2001.

RUBIM, A. A. C. R.. **Comunicação e política** – São Paulo: Hacker, 2000.

RUBIM, A. C. Mídia e política: transmissão de poder. In: MATOS Heloisa (Org). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994, p.31-52.

SAIZ, J. Identidad y actitudes políticas em jóvenes universitarios: el desencanto de los que no se identifican políticamente. **Revista de Ciência Política**, Chile, v.25, n. 2, p.65-90, 2005.

SINGER, A. Mídia e democracia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.48, p58-67.dez./fev., 2000-2001.

TRIVINÕS. A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLES, M. S. **Técnicas cualitativa de investigación social**. Madrid: Ed. Síntesis Sociología, 1999.

VEIGA, L. F. Em busca de razões para o voto: o uso que o eleitor faz da propaganda política. **Revista Contracampo – Dossiê Tecnologia**, Rio de Janeiro, v. 07, 2002.

WOLTON, D. **Elogio do grande público**. São Paulo: Ática, 1996.

ANEXOS

ANEXO A

Universo dos alunos matriculados

Total de alunos ingressantes em 2005 por vestibular:

ADP – 100

CEC – 100

CSO – 100

LET – 120

PED – 100

Total : **520**

Total de alunos matriculados em 2005:

ADP – 432

CEC – 437

CSO – 544

LET – 449

PED – 469

Total: 2331

Alunos que ingressaram em 2002 que ainda estão matriculados:

ADP – 79

CEC – 87

CSO – 84

LET – 67

PED – 86

Total: **403**

Ingressantes em 2002 por vestibular:

ADP – 100

CEC – 100

CSO – 100

LET – 85

PED – 100

Total: 485

ANEXO B

Disciplinas

Disciplinas oferecidas no Primeiro ano:

Administração Pública

Teoria geral da administração II – período diurno
Direito constitucional – período noturno

Ciências Econômicas

História do pensamento político – período diurno
História do pensamento econômico – período noturno

Ciências Sociais

Política I – período diurno
Política I – período noturno

Letras

Língua portuguesa I – período diurno
Língua portuguesa I – período noturno

Pedagogia

Filosofia da educação – período diurno
Filosofia da educação – período noturno

Disciplinas oferecidas no Quarto ano:

Administração Pública

Sistema administrativo informatizado – período diurno
Estado e política pública I - período noturno

Ciências Econômicas

Elaboração e análise de projeto – período diurno
Técnica de pesquisa em economia – período noturno

Ciências Sociais

Método e técnica de pesquisa II: Sociologia – período diurno
Método e técnica de pesquisa II: Política – período diurno
Psicologia da educação – período noturno

Letras

Língua portuguesa IV – período diurno
Língua portuguesa IV – período noturno

Pedagogia

Coordenação pedagógica – período diurno
Coordenação pedagógica – período noturno

ANEXO C

O papel da universidade na construção de uma cultura democrática

O papel da Universidade na construção de uma cultura democrática ¹⁴

Idade:

Sexo:

Curso/ ano:

Período:

Cidade de origem

Araraquara

Estado de São Paulo (cidade) _____

Outro estado (estado / cidade) _____

Grau de instrução do Pai

analfabeto

sabe ler e escrever

ensino fundamental completo

ensino fundamental incompleto

ensino médio completo

ensino médio incompleto

ensino superior completo

ensino superior incompleto

Grau de instrução da Mãe

analfabeta

sabe ler e escrever

ensino fundamental completo

ensino fundamental incompleto

ensino médio completo

ensino médio incompleto

ensino superior completo

ensino superior incompleto

Tema 1: Universidade e formação política

1- Como você concebe a universidade:

a) como um espaço estritamente acadêmico ()

¹⁴ Esta pesquisa faz parte de um projeto de Mestrado desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, sob orientação da Prof^a Dr^a. Maria Teresa Miceli Kerbauy.

- b) como um espaço de interação intelectual e pessoal ()
- c) como um espaço de decisões políticas ()
- d) como um espaço de ascensão social ()
- e) como um espaço de realização profissional ()
- f) NR ()

2- O fato de estar em uma universidade contribui para o aumento de sua participação política?

- a) sim ()
- b) não ()
- c) não sabe ()
- d) NR ()

3- A universidade contribui para sua formação política?

- a) sim ()
- b) não ()
- c) pouco ()
- d) às vezes ()
- e) não sabe ()
- f) NR ()

4- Se a universidade contribui para sua formação política é através do:
(Obs: se for mais de uma opção, enumere por prioridade)

- a) ensino ()
- b) pesquisa ()
- c) extensão ()
- d) relações entre colegas e professores ()
- e) NR ()

5- Você pertence alguma organização estudantil?

- a) sim ()
- b) não ()
- c) NR ()

6- Você ocuparia algum cargo de liderança estudantil?

- a) sim ()
- b) não ()
- c) não sabe ()
- d) NR ()

7- Você participa ou já participou:

- a) do coral da faculdade ()
- b) do Centro Acadêmico ()

- c) do PET * ()
- d) das manifestações (passeatas, invasões na faculdade) ()
- e) em grupos de estudos ()
- f) festas na faculdade (semana dos Bixos, festas juninas) ()
- g) de simpósios, conferências e seminários ()
- h) de grupo religioso na faculdade ()
- j) assembléias estudantis ()
- j) jogos ou campeonatos esportivos ()
- k) NR ()

8- Você concorda com as reivindicações estudantis que ocorrem dentro da universidade?

- a) sim ()
- b) não ()
- c) não sabe ()
- d) NR ()

9- Você acha importante que os estudantes participem de alguma entidade estudantil?

- a) sim ()
- b) não ()
- c) não sabe ()
- d) NR ()

10- Você já participou de alguma entidade estudantil ou reivindicação estudantil?

- a) sim ()
- b) não ()
- c) já participei, não participo mais ()
- d) NR ()

11- Há várias formas de participação política na Universidade, qual delas você participou ou participaria efetivamente?

- a) assinar um abaixo assinado ()
- b) participar de manifestações ou protestos ()
- c) participar de greve ()
- d) NR ()

12- Você participa ativamente de algum grupo, projeto, ong ou atividade que beneficie a sociedade:

- a) sim ()
- b) não ()
- c) às vezes ()

* Programa de Educação Tutorial

d) NR ()

13- Se participa, como se inteirou:

- a) pela universidade ()
- b) amigos e (ou) professores da universidade ()
- c) prefeitura ()
- d) grupos independentes ()
- e) amigos da cidade de origem ()
- f) NR ()

14- Você acha que os alunos deveriam ter influencia nas decisões da universidade?

- a) sim ()
- b) não ()
- c) NR ()

15- Em caso de resposta afirmativa em que proporção:

- a) muita ()
- b) pouca ()
- c) moderada ()
- d) NR ()

Tema 2: Valores democráticos

16- O que a democracia significa para você?

17- Você concorda que hoje nós vivemos em uma política verdadeiramente democrática?

- a) sim () porque? _____
- b) não () por que? _____
- c) às vezes ()
- d) NR ()

18- As decisões do governo devem ser pautadas pela atuação de um líder ou pela participação da população?

- a) pelo líder ()
- b) pela participação popular ()

- c) tanto por um líder quanto pelo povo ()
- d) não sabe ()
- e) NR ()

19- Em relação à política você se considera uma pessoa:

- a) muito interessado (a) ()
- b) um pouco interessado (a) ()
- c) não tem interesse ()
- d) NR ()

20- Você tem alguma identificação partidária:

- a) sim ()
- b) não ()
- c) já tive ()
- d) gosto de um partido porém não sou filiado ()
- e) NR ()

21- Em caso de resposta afirmativa qual o partido?

- 25 PFL ()
- 15 PMDB ()
- 43 PV ()
- 45 PSDB ()
- 56 PRONA ()
- 14 PTB ()
- 33 PSC ()
- 12 PDT ()
- 30 PSD ()
- 23 PPS ()
- 13 PT ()
- 31 PMN ()
- 34 PP ()
- 40 PSB ()
- 65 PC do B ()
- 16 PSTU ()
- 22 PL ()
- Outro ()
- NR ()

22- Você lê artigos sobre política em jornais, revistas ou em outros meios de comunicação?

- a) sim ()
- b) não ()
- c) às vezes ()
- d) NR ()

23- Assinale com um (X) em quem você confia:

- Na democracia - sim (), mais ou menos (), pouco ()
Nos políticos - sim (), mais ou menos (), pouco ()
Nas pessoas - sim (), mais ou menos (), pouco ()
Nos partidos - sim (), mais ou menos (), pouco ()
Nos militares - sim (), mais ou menos (), pouco ()
Na religião - sim (), mais ou menos (), pouco ()
No judiciário - sim (), mais ou menos (), pouco ()
NR ()

24- Você votou na última eleição para presidente?

- a) sim ()
b) não ()
c) NR ()

25- Você se acha democrático:

- a) sim ()
b) não ()
c) às vezes ()
d) nunca ()
e) NR ()

26- Você respeita o pensamento diferente do seu:

- a) sempre ()
b) às vezes ()
c) um pouco ()
d) nunca ()
e) NR ()

27- Você é contra ou a favor do voto obrigatório:

- a) a favor ()
b) contra ()
c) não sabe ()
d) NR ()

28- As instituições política no Brasil funcionam?

- a) sim ()
b) às vezes ()
c) nunca ()
d) NR ()

29- Em relação à democracia você esta:

- a) muito satisfeito ()
- b) pouco satisfeito ()
- c) satisfeito ()
- d) nada satisfeito ()
- e) não penso sobre isto ()
- f) NR ()

30- Você é a favor do financiamento público de campanha?

- a) sim ()
- b) não ()
- c) não sei ()
- d) não tenho informações ()
- g) NR ()

31- Qual a sua opinião sobre a Reforma Política:

- a) a favor ()
- b) contra ()
- c) não tenho informação (0
- d) não sei ()
- e) NR ()

Tema 3: A mídia e a construção da cultura política dos universitários

32- Durante as campanhas eleitorais você costuma acompanhar o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral?

- a) sim ()
- b) não ()
- c) às vezes ()
- d) NR ()

33- Qual o meio de comunicação que você costuma acompanhar o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral?

- a) TV ()
- b) jornal ()
- c) rádio ()
- d) internet ()
- f) NR ()

34- O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral deve continuar existindo?

- a) sim ()
- b) não ()

- c) não sabe ()
- d) NR ()

35- Você já votou tendo como parâmetro as propagandas eleitorais?

- a) sim ()
- b) não ()
- c) algumas vezes ()
- d) NR ()

36- Você utiliza a propaganda eleitoral como um meio de informações sobre política?

- a) sim ()
- b) não ()
- c) às vezes ()
- d) NR ()

37- Qual programa de TV você mais se identifica:

- a) telenovelas ()
 - b) telejornais ()
 - c) programas humorístico ()
 - d) documentários ()
 - e) outros () qual? _____
- NR ()

38- Os meios de comunicação apresentam para você orientações e atitudes para agir politicamente?

- a) sempre ()
- b) às vezes ()
- c) raramente ()
- d) nunca ()
- g) NR ()

39- Você escolhe um candidato pelo:

(Obs: se for mais de uma opção, enumere por prioridade)

- a) partido político ()
- b) qualidades pessoais ()
- c) plataforma política ()
- d) aparência ()
- e) facilidade de expressão ()
- h) visibilidade na TV ()
- i) NR ()

40- A campanha eleitoral da mídia pode ser definidora de resultados:

- a) sim ()
- b) não ()
- c) às vezes ()
- d) raramente ()
- e) NR ()

41- A propaganda eleitoral da mídia auxilia no esclarecimento sobre as propostas e projetos dos candidatos?

- a) sempre ()
- b) às vezes ()
- c) raramente ()
- d) nunca ()
- e) NR ()

42- Com que frequência você assiste TV?

- a) diariamente ()
- b) fim de semana ()
- c) não assisto ()
- d) sempre que posso ()
- e) NR ()

43- Você costuma ler jornal e revistas?

- a) sim ()
- b) não ()
- c) NR ()

44- Se sim com que frequência?

- a) todo dia ()
- b) raramente ()
- c) uma vez por semana ()
- d) algumas vezes por semana ()
- e) NR ()